

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

DÉBORAH RACHEL RIBEIRO DOS SANTOS

**PROJETO GRANDE CARAJÁS: desenvolvimentismo e impactos socioambientais no
Maranhão (1970-1980)**

SÃO LUÍS

2020

DÉBORAH RACHEL RIBEIRO DOS SANTOS

**PROJETO GRANDE CARAJÁS: desenvolvimentismo e impactos socioambientais no
Maranhão (1970-1980)**

Monografia apresentada ao curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como requisito
para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida
Chaves.

SÃO LUÍS

2020

Santos, Déborah Rachel Ribeiro dos.
PROJETO GRANDE CARAJÁS: desenvolvimentismo e impactos socioambientais no Maranhão (1970-1980) (1970-1980) / Déborah Rachel Ribeiro dos Santos. – São Luís, 2020.

93 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

1. Ditadura Empresarial-Militar. 2. Programa Grande Carajás. 3. Maranhão Imprensa. 4. Desenvolvimentismo. I. Título.

CD11 01/011 000 050/010 12/10/20 100000

DÉBORAH RACHEL RIBEIRO DOS SANTOS

**PROJETO GRANDE CARAJÁS: desenvolvimentismo e impactos sócio-ambientais no
Maranhão (1970-1980)**

Monografia apresentada ao curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como requisito
para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)

Doutora em História

Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira

Doutora em História Social

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

Doutor em História Social da Cultura

Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a mulher mais importante da minha vida, minha mãe, Maria Benedita. Amo você!

AGRADECIMENTOS

Venho por meio deste agradecer primeiramente a Deus que até o dado momento me sustentou. Fortaleceu-me nos momentos de fraqueza, me acalentou nos meus momentos de crises e me transformou no que sou hoje. Agradeço a Ti ó Pai por ser minha rocha e minha fortaleza.

Agradeço eternamente à mulher mais importante da minha vida, minha mãe, Maria Benedita Ribeiro Silva – dona de um caráter inigualável, de um coração imenso, cheio de amor e compreensão. Mulher responsável pela minha educação e meu caráter, batalhadora, guerreira e forte até mesmo nos momentos em que a vida mais lhe cobrou. Obrigada pelo apoio, carinho, amor e incentivo todas as manhãs. Obrigada por tudo que tens feito em minha vida, sem seu amor eu nada seria.

A meu pai Jimmy Edson Silva Santos – o senhor do coração mais calmo e choroso que eu conheço. Obrigada pai por todo amor, carinho e preocupação que tens comigo. As palavras seriam poucas perto do respeito e amor que tenho por ti.

A meus dois irmãos, Jimmy Edson, que sempre foi o exemplo do que mais admiro, pessoa a quem eu sempre busquei mostrar meu crescimento, para despertar neste o orgulho de saber que grande parte do que sou advém do exemplo maravilhoso que ele foi e é na minha vida. Minha irmã, Mônica Cristina, que sempre acreditou em mim, quando nem eu mesma acreditava mais, me estimulou e me incentivou a correr atrás dos meus objetivos sempre. Dona das melhores experiências de vida, que obtém êxito em tudo que faz, detentora de um coração imenso, mesmo que esta não saiba.

A minha avó Maria do Carmo, que sempre se dispõe a ajudar todos em tudo. Que reservou a mim, sua neta, um coração cheio de amor e carinho. Obrigada por me apoiar nesta trajetória, por se preocupar sempre com tudo que se referia a minha formação acadêmica.

A minhas tias, Maria Dilce, que sempre foi na minha vida uma segunda mãe, a pessoa com quem compartilho meus momentos e segredos, que se alegra com minha alegria e se entristece com minha tristeza, amo você. Minha tia, Conceição de Maria, que sempre cuidou e cuida de mim e que mesmo longe me acompanha em oração. Agradeço você minha tia por todo carinho e preocupação comigo.

A quem me acompanha durante três anos, Jardson Oliveira – senhor da paciência e de um coração imenso, que sempre se dispõe a estar ao meu lado independente das minhas escolhas. Meu grande amigo, que me deu forças durante toda a escrita deste trabalho, não me deixando fraquejar nos momentos mais difíceis. Agradeço sua dedicação, seu amor e sua amizade.

A meus amigos, Gabriele Pereira, Jennifer Pimentel, João Pedro, Karina Campos e Nayara Nunes, pessoas que fizeram parte de todo meu percurso acadêmico e que se transformaram em meus grandes amigos. Indivíduos com quem tive o prazer de dividir inúmeras experiências, pessoas que me apoiaram em momentos difíceis e grandes companheiros na minha vida, com quem aprendi muito. Obrigada pela amizade construída, que pretendo levar no decorrer da minha vida.

A meu amigo de muitos anos Filipe Wesley, que sempre se dispõe a me ajudar no que eu preciso, sem se quer pensar. Pessoa presente em todo decorrer da escrita deste TCC, que me incentivou, me deu apoio, se preocupou comigo em todo desenvolvimento deste trabalho, além de ouvir minhas reclamações e me receber sempre com energias positivas.

A Universidade Estadual do Maranhão e ao curso de História por todas as oportunidades que a mim foram oferecidas. Por tudo que foi ensinado e por todos os recursos disponibilizados. Agradeço neste mesmo momento também a todos os professores do curso de História, que ao longo destes anos contribuíram imensamente com seus conhecimentos e para minha vida pessoal e profissional.

Por fim, porém não menos importante, agradeço minha grande professora e orientadora Monica Piccolo, que me recebeu no Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea-NUPEHIC. Uma orientadora sempre preocupada com a formação acadêmica e profissional de seus orientados, oferecendo sua ajuda em tudo que fosse necessário e a qualquer momento. Professora com quem tive o prazer de assistir suas aulas na cadeira de Brasil Contemporâneo, o que só aumentou a admiração que tenho por ela. Meus sinceros agradecimentos a você professora Mônica.

Agradeço a todos que estiveram presentes neste momento da minha vida, me apoiando e ajudando em tudo.

RESUMO

A referente pesquisa se faz a partir da compreensão da História do Tempo Presente, inserida no recorte temporal da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil (1964-1985), caracterizada por inúmeros fatores que marcaram profundamente a população na esfera política, econômica e social. Dentre estas vertentes, a agenda econômica dos governos militares baseou-se em um modelo produtivista inserido na Doutrina de Segurança Nacional com o objetivo de desenvolver a Amazônia, tornar o Brasil uma grande potência mundial e minimizar a dívida externa. Assim, o projeto de exploração mineral, voltado para o desenvolvimento da Amazônia Oriental, Programa Grande Carajás, surge enquanto “Salvação Nacional” em meio à desestabilidade política e as crises sucessivas econômicas das décadas de 1970-1980, tanto no contexto nacional quanto mundial. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender como o Programa Carajás perpassou a esfera política-econômica nacional e principalmente estadual, priorizando o estudo sobre a região estado do Maranhão. Assim, analisa-se a importância dos jornais neste processo desenvolvimentista, buscando compreender o discurso modernizador veiculado por grandes grupos hegemônicos. Cabe aqui ressaltar que este trabalho baseia-se na concepção de Estado Ampliado desenvolvido pelo filósofo francês Antônio Gramsci, compreendendo a complexidade das disputas de poder entre a Sociedade Civil e a Sociedade Política. Além da problematização dos Aparelhos Privados de Hegemonia e sua participação na criação de consenso com base no que de fato representou o projeto político Grande Carajás para a população maranhense.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-Militar; Programa Grande Carajás; Maranhão; Imprensa; Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

The referred research is made from the understanding of the History of the Present Time, inserted in the time frame of the Business-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), characterized by numerous factors that deeply marked the population in the political, economic and social sphere. Among these aspects, the economic agenda of the military governments was based on a productivist model inserted in the Doctrine of National Security with the objective of developing the Amazon, making Brazil a great world power and minimizing the external debt. Thus, the project for mineral exploration, aimed at the development of the Oriental Amazon, the Grande Carajás Program, emerges as “National Salvation” amid the political destabilization and successive economic crises of the 1970s and 1980s, both in the national and global context. Therefore, the present work aims to understand how the Carajás Program crossed the national and mainly state political-economic sphere, prioritizing the study on the state of Maranhão. The importance of newspapers in this developmental process is analyzed, seeking to understand the modernizing discourse conveyed by large hegemonic groups. It is worth mentioning that this work is based on the concept of an Expanded State developed by the French philosopher Antônio Gramsci, understanding the complexity of the power disputes between Civil Society and Political Society. In addition to the problematization of the Private Devices of Hegemony and their participation in the creation of consensus based on what in fact represented the political project Grande Carajás for the population of Maranhão.

Keywords: Business-Military Dictatorship; Grande Carajás Program; Maranhão; Press; Developmentalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do percurso da ferrovia Carajás: Pará-Maranhão.....	70
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Jornal Folha de São Paulo.....	28
Tabela 2 – Jornal do Brasil	29
Tabela 3 – Jornal <i>O Imparcial</i>	55
Tabela 4 – Crescimento real do PIB (%) – 1970-90.....	62
Tabela 5 – Indicadores socioeconômicos básicos 1970-1988.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMZA	Amazônia Mineração S.A
BASA	Banco da Amazônia
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPA	Índice de Preços ao Produtor Amplo
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAEP	Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
RADAM	Radar na Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

USIMAR	Usina Siderúrgica do Maranhão
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
III PND	Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - SETOR MINERO METALÚRGICO, A “SALVAÇÃO NACIONAL”	19
1.1 Governo Geisel: em busca de uma saída para crise	19
1.2 Plano econômico do governo Geisel e a imprensa nacional	24
1.3 O governo do general João Figueiredo e o Decreto-lei nº 1.813	32
CAPÍTULO 2 - AMAZÔNIA ORIENTAL E O MARANHÃO EM FOCO.....	39
2.1 Programa Grande Carajás e o discurso de integração nacional	39
2.2 A infraestrutura de base do Projeto Grande Carajás	45
2.2.1 Usina hidrelétrica de Tucuruí	45
2.2.2 Estrada de Ferro Carajás	47
2.2.3 Terminal Ponta da Madeira.....	50
2.3 A imprensa estadual do Maranhão e a promessa modernizadora.....	51
CAPÍTULO 3 - OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO PROJETO GRANDE CARAJÁS NO MARANHÃO	59
3.1 O reflexo do “desenvolvimento” estadual nas bases sociais	59
3.2 Os impactos ambientais no Maranhão e a articulação de um contra-discurso	66
3.3 Ação do Programa Grande Carajás nas comunidades tradicionais do Maranhão ...	74
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
5. REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

O âmbito político nacional é marcado por sucessivas tensões em suas várias esferas e o Golpe de Estado de 1964 é um marco essencialmente importante para entender a história, visto que o ofício do historiador é “compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente” (BLOCH, 2002, p. 25), buscando assim construir uma interpretação do fato histórico. Abordar o período ditatorial instaurado no Brasil (1964-1985) é uma forma de entender as vicissitudes no contexto em discussão, além de evidenciar a importância de se trabalhar com a História do Tempo Presente, buscando assim “compreender como e porque o mundo veio a ser o que é hoje e para onde se dirige” (HOBSBAWM, 1996, p. 15).

Pode-se então apontar a história recente como um deslocamento do centro de estudo do passado para a análise do presente e a partir da problematização do fato. Assim, a importância do estudo sobre a História do Tempo Presente consiste em compreender os fatores históricos não como rupturas, mas sim como um processo que segue as linhas das permanências, a partir da ação do homem no espaço político, econômico e social. A história recente se faz no campo das possíveis certezas e incertezas em meio ao contexto de revisitação do passado, utilizando o ofício do historiador com cautela, entendendo a pressão sofrida a partir da análise dos fatos recentes.

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e\ou explicar (FICO, 2012, p. 44).

A presente pesquisa baseia-se na revisitação do passado de forma cautelosa, a partir da análise das fontes impressas, compreendendo a necessidade da construção historiográfica principalmente para o Maranhão, foco desta pesquisa. Neste contexto, faz-se necessário analisar a atuação dos sujeitos presentes no percurso da política brasileira, para estabelecer uma relação entre o passado, presente e o futuro, visto que pensar a política nos últimos 50 anos é configurar a História sob um olhar crítico no estabelecimento de fatores nas diversas direções conceituais que permeiem o pensamento político. A utilização da historiografia com relação História Econômica norteará muitos pontos que estejam ainda no anonimato dos acervos documentais do período do Regime Empresarial-Militar.

O desenvolvimento de estudos que se voltem para questão econômica maranhense é fundamental para compreensão do contexto atual do estado. Dentro desta perspectiva, é estritamente essencial identificar a relação que o Regime Empresarial-Militar no Brasil exerceu com o estabelecimento do projeto desenvolvimentista voltado para a região Nordeste. Tendo em vista a necessidade de estudos sobre a Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão, faz-se

necessária a problematização de diversos aspectos, principalmente no manuseio das fontes documentais, visando novas perspectiva de estudos, identificando os erros de um período tão nefasto da História Brasileira, exemplificando falhas passadas não voltarem à tona (PICCOLO, 2010).

Objetiva-se nesta pesquisa trabalhar também com a perspectiva da História Política com base na observação das constantes tensões no âmbito político brasileiro, bem como as profundas mudanças no mesmo, principalmente, no recorte temporal de 1970-1980, buscando assim contemplar as diversas disputas governamentais na implantação de projetos hegemônicos das classes quem viriam a ascender ao poder, mesmo que de maneira ilegítima.

Diante destes aspectos, a presente pesquisa é voltada para análise do Programa Grande Carajás (PGC) e os mecanismos de desenvolvimento deste projeto. Cabe aqui destacar os diversos momentos que permearam este processo, desde o fim do chamado Milagre Econômico, utilizando o mesmo para explicar o redirecionamento de capital para uma infraestrutura pesada, além da concentração de renda que para os autores Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp (2007), foi um momento marcado pelo crescimento econômico sem equidade, até o processo de Abertura Política e o impacto deste fator no desenvolvimento do PGC.

A própria utilização do termo Abertura Política será aplicado a partir das consecutivas transições políticas ocorridas na América Latina que segundo o autor Carlos Teixeira Silva (2003), com relação especificamente a Ditadura Militar instaurada no Brasil, esta foi caracterizada por uma trajetória marcada por um processo histórico de tentativas de retorno aos quartéis.

O processo histórico da abertura política no Brasil, entre 1974 e 1985, foi precedido de outros ensaios de reconstitucionalização do regime tentado pelo poder militar e malogrados. Nas sucessões de Castelo Branco, em 1967, e de Médice, entre 1973 e 1974, esboçaram-se propostas de abertura política que foram rapidamente descartadas. Tais insucessos condicionaram fortemente o projeto que afinal seria adotado por Geisel e Golbery, com seu caráter lento, gradual e seguro, visando exatamente a evitar os recuos antes vividos. (SILVA, 2003, p. 256).

Para nortear a pesquisa principalmente com relação à análise dos jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Imparcial*, utilizou-se conceitos da matriz marxista gramsciana, sobretudo, na perspectiva da Teoria do Estado Ampliado. A aplicação destes conceitos se volta para o entendimento das forças políticas brasileiras e a participação da sociedade civil no processo de disputas de poder.

A análise dos jornais foi realizada referente ao período de estruturação e implantação do Programa Carajás, analisando não somente as matérias veiculadas nos periódicos,

ressaltando a importância dos jornais enquanto fonte de pesquisa para o historiador, contudo, levando em consideração o caráter político-opinativo dos periódicos analisados.

Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: “a mercadoria política”. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública” (CAPELATO, 2015, p. 122).

Com base na reflexão proposta pela autora Maria Helena Capelato (2015), os jornais são importantes meios de interferência na opinião pública. Nesse sentido, ao longo da pesquisa será analisado a importância dos aparelhos privados de hegemonia, conceito inserido ainda na reflexão gramsciana, para compreender o processo de criação de consenso entre a sociedade civil, a partir da ação de grupos hegemônicos através da imprensa.

A pesquisa foi dividida em três momentos de análise sobre do Programa Grande Carajás. No primeiro momento a pesquisa busca compreender a maneira como o grande projeto de cunho federal perpassou não somente pela esfera política, como também pelo âmbito social. Desse modo, busca-se analisar o plano econômico do governo do general Ernesto Geisel (II Plano Nacional de Desenvolvimento), abrindo margens para a discussão sobre as sucessivas crises políticas e econômicas e para a então nacionalização do Programa Grande Carajás como “Salvação Nacional”, como forma de minimizar a dívida externa nacional, investindo em projetos capazes de gerar saldos positivos em longo prazo.

No segundo momento, o trabalho adentra especificamente na estrutura do Programa Grande Carajás, discutindo sobre como este projeto se conformou sobre as bases do Programa de Integração Nacional da Amazônia e a maneira como este perpassou pela esfera estadual maranhense. Assim, a análise do programa e do discurso desenvolvimentista voltado para ideia de “modernização”, será feita através da análise do jornal *O Imparcial* e através das matérias que contribuíram para reforçar a ideia de desenvolvimento, contudo, um desenvolvimento seletivo e perverso.

Por fim a pesquisa voltou-se para compreender os reflexos do Programa Grande Carajás em três eixos do estado do Maranhão: economia, política e impactos socioambientais. O estado do maranhão infelizmente ainda é um dos estados brasileiros com o maior índice de desigualdade social, marcado por uma política oligárquica que favoreceu pequenos grupos hegemônicos se transformando em um grande palco de injustiça social. Este último momento da pesquisa foi desenvolvido a partir da necessidade de discussão sobre os percentuais

econômicos maranhenses a partir da “Era dos Grandes Projetos” assim como os impactos ambientais na ilha de São Luís e no Maranhão e os impactos sociais nas comunidades tradicionais do estado.

CAPÍTULO 1 - SETOR MINERO METALÚRGICO, A “SALVAÇÃO NACIONAL”

O Brasil, da década de 1970, foi marcado pelo fim do chamado “milagre econômico” e pelo cenário mundial que afetou profundamente as bases do governo do general Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979). Dentro desse contexto, consequências como o acirramento da inflação, endividamento externo, a escassez de insumos¹ e matéria-prima e a desaceleração de crédito incompatível, resultantes principalmente do choque do petróleo de 1973, foram peças-chaves para a intensa mudança no setor de produção de bens duráveis. A partir dos impactos no plano econômico administrado durante a Ditadura Empresarial-Militar, o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel direciona os investimentos federais para setores específicos como insumos básicos, bens de capital e energia. O Projeto Carajás, estruturado a partir do II PND, detém sua regulamentação em 1980, já inserido no governo de João Figueiredo, no qual é possível observar um grande discurso modernizador por parte do Estado. A priori, este capítulo busca analisar duas frentes de apresentação e discussão: o primeiro momento consiste em analisar a crise na esfera econômica e as alternativas para contornar a situação brasileira com as propostas presentes no II PND, a partir de uma análise da imprensa nacional, já o segundo momento se conforma em iniciar uma reflexão sobre o Programa Grande Carajás a partir de sua regulamentação com o Decreto-lei nº 1.813.

1.1 Governo Geisel: em busca de uma saída para crise

Pensar na história política dos últimos 50 anos parte da elaboração de uma extensa reflexão sobre a complexidade que permeou este cenário, principalmente, quando se refere às várias tensões no cenário econômico e social. O Golpe de Estado instaurado em 1964 no Brasil deu origem a anos de uma sórdida Ditadura Empresarial-Militar. Neste sentido, o termo *empresarial-militar* é utilizado a partir de uma abordagem do autor Demian Bezerra de Melo, que utiliza a tese de René Armand Dreifuss² para evidenciar a participação de uma parcela da sociedade muito específica, que seriam grandes latifundiários, empresários, além de entidades como o Instituto de Pesquisa e Estudos Social (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Com isso, o autor destaca

Ou seja, ao contrário de um comentário difuso sobre “civis”, a pesquisa de Dreifuss permite não só identificar socialmente os tais “civis” envolvidos

¹ Insumo é, basicamente, qualquer tipo de material utilizado para prestação ou produção de outro serviço, mas que não faça parte dele necessariamente, ao contrário, por exemplo, da matéria-prima.

² O livro “1964: a conquista do Estado. Ação Política Poder e Golpe de Classe”, publicado em 1981 pelo historiador e cientista político René Armand Dreifuss, é uma obra que tem como principal objetivo identificar as forças que emergiram na sociedade brasileira mediante o processo de industrialização e internacionalização da economia.

naquele processo, tanto no golpe quanto na ditadura. Além do mais, ele desvelou o que certa literatura apologética denominou de “tecnocratas”, termo usado para referir a tais elementos “civis” que atuaram nos postos estratégicos daquele regime. (MELO, 2012, p. 43).

Demian Bezerra de Melo (2012), ao utilizar o termo *empresarial-militar*, busca discutir a limitação sobre os conceitos aplicados ao Brasil ditatorial de 1964, tentando, dessa maneira, abordar uma “renovação conceitual”, analisando a participação dos “não fardados” para pensar não somente no golpe de Estado, como também a ditadura que se seguiu.

O momento político discutido no presente trabalho foi marcado por diversas disputas governamentais para implantação de projetos hegemônicos, assim como os constantes embates entre as lutas de classes presentes na *sociedade civil* e na *sociedade política*. Nesse sentido, os termos destacados trata-se da teoria do Estado Ampliado desenvolvida pelo filósofo italiano Antônio Gramsci, que entende o Estado não apenas enquanto uma instituição simples e isolada, mas também como um instrumento coercitivo com diferente atuação a partir da organização de determinada sociedade. Diante disso, o autor Tarso Violin, em uma leitura gramsciana, afirma

A considerada nova teoria gramsciana da revolução trata da concepção ampliada de Estado nas chamadas “sociedades ocidentais”, onde há uma relação equilibrada entre a sociedade política e a sociedade civil e a luta de classes têm como terreno decisivo os aparelhos privados de hegemonia, na medida em que visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso. (VIOLIN, 2006, p. 4).

O conceito de *sociedade civil* diz respeito às organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias que utilizam determinados espaços para difundir suas concepções, sendo estes portadores materiais dos aparelhos privados de hegemonia³. Já a *sociedade política* é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, ou seja, aparelhos coercitivos ou repressivos do Estado. Dessa forma, Gramsci afirma a relação entre Estado e indivíduos de determinado grupo social

A afirmação de que o Estado se identifica com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), com elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si, sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. (GRAMSCI, 2007, p. 279).

³ O termo “aparelhos privados de hegemonia”, desenvolvido por Gramsci, diz respeito a organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, estes responsáveis pela formação do consenso.

Dessa forma, tanto o conceito de Estado trabalhado por Gramsci quanto à noção sociedade aplica-se bem, visto que estas frações são nítidas durante o Regime Militar instaurado em 1964, sobretudo, por conta dos constantes embates entre classes e da ação dos aparelhos privados de hegemonia que, neste caso, podem ser caracterizados enquanto a imprensa atuante durante o todo período do regime. Tal questão relacionada à imprensa será alvo de discussão posteriormente.

O Brasil dos anos 1970 é carregado por uma série de fatores que repercutiram durante consecutivos anos. O fim do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) dá início ao mandato do general presidente Ernesto Geisel. Logo de início, o substituto enfrenta algumas dificuldades como, por exemplo, as eleições livres de 1974 que possuem um diferencial durante todo o regime: a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que consegue eleger 16 das 22 cadeiras do Senado. Assim, outro fator essencial para a mudança na estrutura nacional foi a proposta de distensão política apresentada por Geisel, ou seja, a abertura lenta, gradativa e segura:

Daí porque a distensão deveria ser, conforme Geisel anunciou em agosto de 1974, *lenta, gradual e segura*. Lenta, sem pressa, devagar; gradativa, por etapas, de modo que se pudesse avaliar, a cada momento, o caminho percorrido, as novas circunstâncias, os objetivos alcançados e os desafios a serem enfrentados; e segura, sob o controle, com a máxima segurança possível (AARÃO REIS FILHO, 2014, p. 99).

A proposta política de distensão apresentada durante o governo Geisel nada mais era do que uma maneira de garantir pontos cruciais de segurança do regime, como evitar o retorno de pessoas exiladas, a volta de partidos políticos e de instituições anteriores a 64, a fim de salvaguardar o regime de uma possível ruptura (SILVA, 2003).

O Estado de exceção no Brasil desenvolveu elementos que transcenderam a esfera política, evidenciando assim o caráter econômico e, principalmente, ideológico deste processo. Com isso, quando se pensa na formação do bloco de poder emergente neste contexto e conjuntamente na sua hegemonia política, é possível observar o direcionamento dos debates que coordenaram o país durante este recorte temporal, tanto no que se refere à estrutura administrativa, quanto no próprio processo de tomada de decisões de caráter econômico, destacando as constantes disputas entre as classes dominantes do país. Segundo Adriano Codato,

Durante o regime ditatorial militar, um dos temas mais discutido pelos círculos dirigentes no Brasil foi o da estrutura administrativa do Estado. Mais especificamente, o problema básico dizia respeito ao arranjo ideal para organizar o processo de tomada de decisões econômicas (CODATO, 2014, p. 151).

Assim, torna-se claro, a partir da análise de Codato, que a centralidade dos pontos de debate durante a Ditadura Empresarial-Militar constituiu-se em estruturar a figura do Estado e no organograma federal para definição da política econômica. Isso não se deu apenas em relação às questões burocráticas, mas também na posição das diversas agências perante o bloco de poder efetivo da ditadura e a hierarquia neste complexo.

A esfera federal, durante o regime, sempre foi uma área de diversas tensões internas e externas, dentre todos os governos. Não foi diferente com o período de atuação do general presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e de “seu governo que teriam de se haver com uma conjuntura internacional distinta - e desfavorável” (AARÃO REIS FILHO, 2014, p. 94).

O fim do chamado “milagre econômico” (1968-1973) foi um fator que afetou drasticamente a economia brasileira, pois, durante os anos de prosperidade, a nação conheceu as mais altas taxas crescimento industrial e produtivo que geravam um Produto Interno Bruto (PIB) de até dois dígitos como ocorreu, por exemplo, em 1971 e 1973 com crescimento de 13,3% e 14,0%⁴ respectivamente. Porém, este cenário se sustentou de forma efetiva apenas enquanto a situação externa se manteve favorável:

O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco [...] Por outro lado, esta necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população a não ser quando isso afetava a segurança do regime. (PRADO; EARP, 2007, p. 234).

O crescimento seletivo na economia durante o “milagre” criou uma falsa sensação de desenvolvimento, pois por mais que o PIB atingisse altos índices, a qualidade de vida da população brasileira continuava drástica, com uma diferença contrastante entre ricos e pobres com relação à concentração e o nível de distribuição de renda (por salário mínimo), a porcentagem de crianças carentes e abandonadas, além do trabalho infantil que atingiu altos índices no ano de 1976 (ALVES, 1984).

Analisando o contexto externo, um fator essencial para o processo de enfraquecimento da economia do Brasil foi o choque do petróleo de 1973, que acabou por agravar o aumento dos preços do insumo, o avanço da inflação e o desequilíbrio da balança de pagamentos, reduzindo assim o crescimento da economia. Segundo Júlio César Bellingeri,

A gestão do Presidente general Ernesto Geisel (1974-79) foi caracterizada pela desaceleração do crescimento econômico, pelo aumento da taxa de inflação,

⁴ Dados apresentados pela autora Maria Helena Moreira Alves (1984) em tabela sobre a taxa de crescimento do produto interno bruto-PIB, presente em texto *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*.

pelos choques do petróleo de 1973 e de 1979, e por um processo de aprofundamento do endividamento externo (BELLINGIERI, 2005, p. 14)

Como um dos pontos destacado por Bellingieri, a crise na economia mundial da década de 1970, ocasionada pelo choque do petróleo logo após o anúncio da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), no contexto da Guerra de Yom Kippur, pode ser evidenciada como um fator essencial no cenário de crise econômica brasileira. Outro motivo de destaque na crise mundial foi o fim do acordo de Bretton Woods que, em iniciativa individual por parte dos Estados Unidos, acabou com a convertibilidade do dólar em ouro, tornando-o uma moeda fiduciária. Segundo os autores Felipe Mendonça e Shiguenoli Miyamoto,

Como consequência da crise econômica da década de 70 e o fim do Bretton Woods, países como o Brasil tiveram que se adaptar às adversidades e repensar suas estratégias de participação mais efetiva do sistema mundial. O advento do **pragmatismo responsável e ecumênico**, construído no bojo dessa crise, enquadra-se, pois, dentro de um contexto de dificuldades e incertezas (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011, p. 12, grifo nosso).

Os autores abordam o termo *pragmatismo responsável e ecumênico* para se referir ao fim do apriorismo da política externa brasileira, ou seja, tratava-se de buscar uma interdependência horizontal em frente às relações econômicas. Nesse sentido, a palavra responsável significava a fidelidade com os interesses nacionais, visando a objetivos de longo prazo; o termo ecumênico, por sua vez, fazia alusão à estratégia brasileira de aproximação com outras nações – política que vai ficar extremamente nítida durante os anos de 1974-1976, período de atuação efetiva do plano de governo voltado para a economia (II Plano Nacional de Desenvolvimento).

Retomando o contexto interno, o aumento da inflação foi um dos pontos que desestabilizou profundamente a política econômica, já que, desde 1964, com o início do governo militar, um dos objetivos com relação à economia consistia em combater a inflação, porém, isto tornou-se um fantasma durante todo o Regime. José Pedro Macarini afirma que

Tudo indica que o problema mais sério identificado na abertura do novo governo tenha sido a realidade inquietante da inflação em alta. De fato, de janeiro a abril o IPA cresceu à média mensal de 3,9% e a imprensa recolhia uma avaliação generalizada de um movimento de alta, projetando-se uma inflação no ano em torno de 25 a 30% MACARINI, 2011, p. 37).

Assim, pode-se perceber a complexidade da política direcionada à economia, pois, mesmo com relação ao crescimento no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)⁵, a inflação seguia para altos índices, que acabava por enfraquecer o governo. Por mais que Geisel e seus

⁵ O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) é o principal indicador da evolução dos preços no setor atacadista brasileiro. Este índice analisa preços de matérias-primas industriais e agrícolas, produtos intermediários e de uso final.

ministros buscassem iniciativas para manter a economia forte para alcançar os planos destinados à nação, os fatores internos e externos se conformaram enquanto grandes empecilhos para a política governamental.

Para Pedro Maracarine, “O ano de 1974 encerrou-se com a economia sendo revisitada pelo fantasma da crise de estabilização” (MACARINI, 2011, p. 40). Alçado pela expectativa de um novo ano produtivo, o governo federal segue baseado nas metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que surgiu como uma continuidade ao primeiro plano lançado ainda no governo Médici. Todavia, vale ressaltar que, levando em consideração todos os fatores desencadeados durante o primeiro ano do Governo Geisel, lançar um plano econômico baseado em contexto nacional e internacional distinto, era de se esperar um crescimento em “marcha forçada”:

Nessa conjuntura, a ditadura brasileira preferiu uma política de **fuga para frente**. Subestimou os obstáculos e lançou, em setembro de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com a meta ambiciosa de combater o processo esboçado nos anos Médici, que formulara o I PND em 1971. (AARÃO REIS FILHO, 2014, p. 95, grifo do autor).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi esquematizado e redigido a partir da estrutura inicial do I PND, todavia, o plano econômico do governo Médici foi embasado em uma conjuntura de crescimento acelerado devido ao chamado “Milagre Econômico”. As propostas ambiciosas trazidas no corpo estrutural do II PND necessitavam de uma economia internacional minimamente favorável, além de uma conjuntura eficaz para pôr em prática as metas ambiciosas presentes no corpo textual do plano econômico do governo Geisel, o que em prática funcionou apenas até determinado ponto.

1.2 Plano econômico do governo Geisel e a imprensa nacional

Após o encerramento da administração do governo Médici, o Brasil seguia embalado pelas proporções econômicas baseadas em altas taxas de crescimento e numerosos investimentos internos. Nesta perspectiva, as projeções oficiais do governo Geisel objetivavam a continuação do processo de forma acelerada, apontando o desenvolvimento econômico como um fator indubitável e não como um mero acidente decorrente do cenário internacional político econômico. É possível observar esta lógica em um pronunciamento feito por Delfim Netto que diz:

O Brasil encontrou definitivamente o seu caminho, graças ao dinamismo de suas forças internas. Somente uma calamidade nacional é capaz de impedir a marcha do país para seu destino histórico (...). O desenvolvimento econômico e social é definitivo, e não um acidente. E chegou para ficar. Não se identifica

nenhum fator impeditivo do desenvolvimento da economia brasileira. Nada poderá retardar o crescimento econômico do Brasil, a não ser os próprios brasileiros (NETTO, 1973, p. 90 apud MACARINI, 2011, p. 34).

Neste contexto, o pronunciamento, embora tendo sido feito ainda no governo Médici, serviu como fonte para alimentar uma ideia de prosperidade econômica que foi bandeira durante os dois primeiros anos do governo Geisel, um crescimento baseado na certeza do “milagre econômico” que serviu como ponte para o discurso desenvolvimentista apresentado pelo governo. Contudo, o momento histórico marcado pela complexidade do quadro mundial reforçou a linha de horizontes que até o presente momento consistia em dirigir um governo com uma herança extremamente “positiva”. Na visão de Macarini,

O governo Geisel, inaugurado nesse “momento histórico” e embalado por esse tipo de perspectiva (àquela altura, pode-se dizer, enraizada no regime), prolongaria tal postura em meio a um cenário (interno e externo) completamente diferente. Disso é prova o II PND, seguramente o eixo da política econômica pelo menos até 1976 (MACARINI, 2011, p. 35).

Formulado no fim de 1974, sob a liderança do ministro da Fazenda Reis Velloso, o II Plano Nacional de Desenvolvimento foi publicado em dezembro do mesmo ano. O Plano vigoraria entre 1975 a 1979 e tinha como principal objetivo manter a economia em um trajeto que evitasse a recessão, investindo assim em setores específicos que permitisse gerar bons resultados em longo prazo. O planejamento feito para o II PND consistia em concretizar o Brasil enquanto uma potência emergente, visando a mudanças no modelo exportador do país, transformando assim a economia em um setor forte. Reis Velloso aponta que

O segundo componente básico da estratégia de 1974 foi, como é sabido, o grande programa de reestruturação da oferta, através do II PND: os investimentos maciços em insumos básicos (siderurgia, petroquímica, metais não-ferrosos, papel e celulose) em bens de capital e em energia (petróleo, energia elétrica, álcool) (VELOSO, 1998, p. 16)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento surge como uma resposta estratégica para o cenário de 1974, visto que o governo, mesmo desfrutando da ideia positiva de suceder um mandato bem avaliado em termos econômicos, tinha que lidar com o início da formação de uma crise mundial. Para os autores Carneiro (1994) e Rabelo de Castro (1983), a “estratégia de 1974”, adotada pelo governo Geisel, consistiria num ajuste à primeira crise do petróleo baseado na mudança drástica dos preços relativos – principalmente, a taxa de câmbio e os preços de derivados de petróleo –, com o intuito de conter importações e estimular exportações. Assim, essas medidas, inicialmente planejadas, seriam utilizadas como forma de minimizar o desequilíbrio econômico, a fim de corrigir a balança comercial. Ainda baseado na discussão feita por Velloso, o mesmo afirma que

A correção do brutal desequilíbrio da balança comercial, surgido em 1974, foi objetivada do lado das exportações, através de um conjunto de incentivos (principalmente o crédito fiscal, mantido em nível 40% mais elevado que o do período anterior, e os subsídios creditícios), além da preservação do sistema de minidesvalorizações cambiais (VELOSO, 1988, p. 15).

Num primeiro momento, o resultado das taxas cambiais foram mais efetivas com relação ao dólar, ocorrendo assim uma desvalorização das demais moedas dos principais parceiros do Brasil. No entanto, este fator se apresenta como algo contraditório até certo ponto, levando em consideração a desvalorização do dólar durante a década de 1970. “Grosso modo, o dólar desvalorizou-se durante toda a década de 70 (exceção feita a 1975), valorizou-se entre 1980 e fevereiro de 1985 e desvalorizou-se entre 1985 e 1987, atingindo um nível inferior a 1980” (KILSZTAJN, 1989, p.97). Esta desvalorização foi fundamental para a posição dos Estados Unidos perante os demais países, essencialmente, em relação ao Brasil, porquanto este fator influenciou profundamente a relação unilateral exercida com o bloco de poder dos EUA.

O dinamismo entre Brasil e Estados Unidos é um claro fator, sobretudo, durante o recorte que marca o período ditatorial. Contudo, o cenário da década de 70 fragilizou fortemente as relações exteriores entre os dois países. Para amenizar os impactos ocasionados, o advento do pragmatismo responsável e ecumênico foi adotado como forma de enfrentar um contexto de dificuldades e incertezas. Dessa maneira, a abertura para outros países tornou-se uma política essencial para o dado governo:

No limite, pode-se afirmar que o Brasil estava procurando diversificar sua dependência, abrindo novas alternativas em vez de ficar amparado em uma única grande parceria, no caso com os Estados Unidos. As viagens ao Reino Unido, França, Alemanha e ao Japão são claros Sinais indicativos deste tipo de opção. (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011, p. 14).

O aliado preferencial perdeu espaço em meio ao planejamento brasileiro, posto que este ponto específico marcava o fim das fronteiras ideológicas e abria portas para outras negociações, haja vista que o alinhamento com os Estados Unidos não havia gerado o resultado esperado. Neste contexto, o posicionamento brasileiro dava prioridade à valorização da soberania econômica nacional, exemplo disto foi o II PND.

Quando se trata de analisar o II PND enquanto instrumento de valorização da economia, a imprensa nacional pode ser destacada como principal fonte de acompanhamento e avaliação da aplicabilidade do plano econômico em questão. A imprensa nacional sempre foi um importante aparelho do setor privado formador de opinião pública, fundamentalmente, durante a época da ditadura, na qual em muitos casos específicos os jornais serviam como principais meios de fortificar e nacionalizar projetos políticos. A imprensa da década de 1960 enfrentou,

em seu curso, tanto a competição entre os grandes editoriais, quanto à ação do Estado autoritário.

Sob tal ótica, Rodrigo Motta observa que

De início, é importante considerar os dilemas da grande imprensa diante do regime autoritário, cindida entre a devoção a liberdade e o amor à ordem, oscilante entre o desejo de autonomia e a dependência e os favores do Estado. Por convicção e por interesse, as empresas jornalísticas são favoráveis à liberdade de manifestação, notadamente quando as restrições atingem-nas também (MOTTA, 2013, p. 67).

O trecho destacado diz respeito à censura e a intensificação da legislação autoritária que atingiu a imprensa brasileira⁶, controlando as publicações de modo a usá-las a favor do governo. Em relação à questão econômica, a imprensa nacional servia como veículo de exposição e análise do contexto nacional e internacional. De forma análoga, foi no governo Geisel que houve o acompanhamento do Plano econômico, na grande imprensa que analisou diariamente os anos de maior atividade do II PND.

Os jornais analisados para o presente capítulo foram a *Folha de São Paulo* (São Paulo) e o *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro). A escolha destes dois veículos se deu com o intuito de se fazer uma comparação entre os contextos distintos entre os dois grandes centros urbanos. Dessa forma, duas tabelas foram montadas com as matérias voltadas para o II PND, de modo a observar a maneira como este foi apresentado para a sociedade civil.

Fundado em 1921 por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, o jornal *Folha de São Paulo* foi criado como principal frente de oposição às elites rurais de linhas conservadoras que eram representadas pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

Durante a ditadura militar brasileira, “No caso FSP houve entusiasmo ainda maior com a nova situação política, principalmente, o governo Castelo Branco, que o periódico recebeu com esperança e otimismo” (MOTTA, 2013, p. 69). Posteriormente, o jornal foi perdendo o entusiasmo pela “honrosa revolução”, devido ao aumento das ações autoritárias do governo, sobretudo, por conta da liberdade de imprensa. À época, a *Folha* já era um periódico de grande circulação no Brasil, assumindo assim notória representatividade no âmbito social até os dias atuais.

O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 pelo jornalista Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, possui sua sede de edição no estado do Rio de Janeiro. Já inserido no regime republicano, o jornal tinha como objetivo inicial defender a monarquia recém deposta. Após anos de inovação

⁶ A intensificação da legislação do Estado autoritário diz respeito ao Ato Institucional nº 5, interpretado por muitos como o golpe dentro do golpe, que decretou o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos além da censura à imprensa nacional. Consultar Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa M. Starling (2015).

no corpo administrativo e empresarial, o *Jornal do Brasil* assume outra postura, transformando-se em um periódico com matérias de cunho nacional e internacional.

Segundo Motta (2013), com relação ao Golpe de Estado de 1964, dentre os jornais de maior representatividade no contexto nacional, o JB, mesmo apoiando a chamada “revolução”, foi o jornal menos entusiasmado e pediu abertamente moderação e respeito às leis de modo a evitar injustiças.

Tabela 1 – Jornal Folha de São Paulo

DATA	TÍTULO DA NOTÍCIA	EDITORIAL	PÁGINA
16.01.1975	O governo estabelece as 10 metas econômicas para 1975.	Economia	29
19.01.1975	II PND é o padrão dos planos.	Nacional	05
09.02.1975	Reforma agrária: inclusão no II PND é uma segurança.	Nacional	05
13.01.1975	Ministro afirma: II PND vai cuidar do meio ambiente.	Local	29
21.09.1975	II PND: uma corrente do realismo otimista.	Economia	37
01.10.1975	Planejamento já está revendo o II PND.	Economia	19
03.10.1975	II PND está sendo corrigido, admite Veloso.	Economia	25
14.03.1976	Avaliação dos PND's ainda desconhecida.	Economia	37
12.04.1976	Especialista diz que II PND não foi bem em 1975.	Política	03
10.05.1976	Novos recursos garantem metas do PND.	Economia	06
11.11.1976	Presidente vê cortes no II PND.	Economia	30
24.03.1977	3º PND não existe, diz porta voz de Veloso.	Economia	30

11.09.1977	Centralização do poder é culpado por falhas no PND.	Economia	40
12.08.1979	Arena quer debater PND e tem receita contra a inflação.	Economia	42

Fonte: Folha de São Paulo (1974-1979), disponível em www.acervo.folha.br

Tabela 2 – Jornal do Brasil

DATA	TÍTULO DA NOTÍCIA	EDITORIAL	PÁGINA
05.03.1975	O orçamento de São Paulo e o II PND.	Economia	16
04.06.1975	Relatório avalia metas de PND.	Economia	19
15.08.1975	Caneco começa a montagem do 1º navio do II PND.	Economia- portos e navios	13
08.09.1975	Montreal quer país de portas abertas: II PND e construção.	Economia	14
05.10.1975	INCRA destaca função das cooperativas no II PND.	Economia	34
12.10.1975	Previsão falha e governo revê metas do PND.	Economia	41
04.12.1975	Governo ajusta II PND o menor crescimento.	Economia	25
12.03.1975	PND depende do sistema de transportes.	Economia- portos e navios	15

Fonte: Jornal do Brasil (1974-1979), disponível em www.acervo.folha.br

Com base nas matérias encontradas, pode-se observar uma diferença numérica entre as notícias apresentadas no jornal *Folha de São Paulo* em comparação ao *Jornal do Brasil*. Porém, ambos os jornais seguem a lógica de abordagem expositiva sobre o II PND.

Um grande índice de reportagens foi encontrado durante os anos de 1975-76, período de maior atividade do Plano (exposição de metas e acompanhamento dos projetos previstos durante o governo). Contudo, a partir de meados de 1975, as notícias passam a apresentar um

tom de afirmação como forma de manter uma ideia de estabilidade, outrora afetada pelas consequências da dívida externa, da inflação e as decisões por parte da Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP), após o choque do petróleo. Segundo Daniel Gomes Earp,

Uma vez escolhido o caminho de enfrentamento do cenário externo e levantado os recursos que financiariam a implementação do II PND, era preciso definir concretamente como proporcionar o crescimento econômico. Nesse sentido o Governo levanta “pontos de estrangulamento” que deveriam ser combatidos: Bens de capital (e produção de insumos consequentemente), setor energético e atividade exportadora (EARP, 2015, p. 13)

Os investimentos voltados para insumos, bens de capital e energia foram planejados de modo a responder a nova conjuntura econômica. A política de industrialização foi o foco do plano econômico. Essa ação buscava romper a fronteira entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, almejava construir o Brasil como uma potência emergente, reproduzindo um corpo de metas muito semelhante ao do governo de Juscelino Kubitschek⁷, como aponta Macarini:

Deve ser enfatizado que o II PND representou uma inflexão substantiva na política econômica da ditadura. Ao desenhar uma coleção de grandes metas de investimento, distribuída pelas várias indústrias de bens intermediários e de bens de capital, bem como pela infraestrutura de energia e transporte, o II PND reproduziu o espírito do Plano de Metas da década de 50, até mesmo na recuperação assumida da retórica da substituição de importações (MACARINI, 2011, p. 46)

De modo geral, o arcabouço de metas presentes no Plano econômico seria teoricamente algo positivo, levando em consideração a efetivação da aplicabilidade dos projetos como forma de fortalecer a hegemonia do governo. Porém, o contexto interno, sobretudo, no âmbito político, exerceu forte influência para regime. Desse modo, tendo em vista consideração o resultado das eleições de 1974, a vitória do MDB fragilizou a cúpula militar, ligando o sinal vermelho para as mudanças no cenário nacional tanto na esfera política, quanto na economia.

Os objetivos econômicos do governo estavam, pois, consolidados no II PND. Alguns analistas consideraram o resultado eleitoral de 1974 como decisivo para que o II PND fosse levado a cabo. No entanto, tal interpretação desconsidera que o Plano estava formatado há meses e que o texto havia sido submetido ao Congresso Nacional em 10 de setembro de 1974, antes portanto das eleições legislativas. (SPENGLER; MONTEIRO, 2018, p. 12).

Considerando estes aspectos, de fato o Plano econômico foi lançado de modo a continuar com as linhas traçadas pelo governo anterior, especialmente, no que se refere em manter os altos índices de crescimento. Investimentos na indústria pesada, retomando a

⁷ O Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek consistia em um programa de desenvolvimento para o Brasil através da indústria, da produção de aço, alumínio, entre outros. A abertura da economia nacional para o capital estrangeiro e a ampliação de projetos industriais se tornou algo mais acessível, porém, problemático para os cofres nacionais. Consultar Maria Victoria de Mesquita Benevides (1978).

discussão sobre os destinados projetos voltados para região amazônica (Programa de Integração Nacional) foram uma estratégia desenvolvida pelo governo como tentativa de estabilizar a tensão político-econômica formada.

Em um cenário de dívida externa e de altos índices de inflação, a política inicial de curto prazo ficava por conta de setores destinados a controlar o sistema financeiro nacional, todavia, a partir deste controle orçamentário, era que os grandes projetos pensados para o governo Geisel seriam executados. A grande problemática se constituiu, acima de tudo, pela negação do governo sobre o contexto econômico nacional ou pela tendência de subestimar o prazo de gestão dos projetos. Para Bellingieri, ao longo da década, o governo se transformou em um “Estado-empresário”:

A primeira distorção foi o aumento da estatização da economia: o governo centralizou o Plano em si próprio, transformando-se em um “Estado-empresário”: era a ele quem determinava o dinamismo da economia por meio de investimento das empresas estatais; porém, ia se tornando grande, pesado, ineficiente e burocrático (BELLINGIERI, 2005, p. 8).

A ineficiência do Estado, juntamente com a falta de orçamentos e a incerteza de investimentos por parte de outros países, tornou a implantação dos projetos algo mais problemático do que se esperava. Como afirma Velloso (1998), a escassez de recursos ocasionou atrasos na execução de importantes projetos para 1974, que só foram retomados por parte do governo brasileiro nos anos de 1983 e 1984. Entre estes projetos convertidos, pode ser citado o Acordo Nuclear Brasil- Alemanha (1975), a Ferrovia Aço e o Projeto Grande Carajás.

Muitos autores analisam a ação do II Plano Nacional de Desenvolvimento como efetiva apenas durante os anos de 1975 até meados de 1976 quando, mesmo em marcha forçada, a economia conseguia executar algumas medidas de cautela para controlar a recessão econômica. Com base neste fator, pode-se evidenciar o incentivo do governo a exportações, diminuindo o índice de importações, contudo, é inegável que o Plano econômico do governo Geisel entra em um tipo de paralisia durante o ano de 1976:

Dessa perspectiva, é correto argumentar que o II PND foi “sepultado” em algum momento em 1976 – quando a política econômica passou a ser ditada pela permanência cada vez maior dos problemas de curto prazo, a alta inflação e o desequilíbrio de balanço de pagamentos (ambos revestidos de uma outra dimensão, após três anos de inesperada permanência). Pode-se mesmo argumentar que a evolução da conjuntura, em seus avatares surpreendentes, terminou imprimindo outro sentido ao II PND. (MACARINI, 2011, p. 57).

A falha no governo na busca para executar grandiosos projetos e, conjuntamente, combater os problemas de curto prazo acabou por gerar uma continuidade nada positiva do plano econômico para o governo sucessor – o que não estava previsto. A reeleitura do II PND, após o ano de paralisia, transmitiu para o governo Figueiredo um acúmulo de inúmeras

dificuldades que acarretariam em problemas de gestão político-econômica (MACARINI, 2011). É neste governo que alguns projetos se efetivam (o Projeto Grande Carajás, por exemplo). Contudo, é também neste momento que a crise se explicita de forma definitiva:

Mesmo tendo alcançado considerável êxito em seu propósito de diversificar a estrutura industrial, não parece razoável desconsiderar ou relativizar os elevados custos da estratégia de crescimento acelerado com endividamento externo em meio à crise internacional. Os resultados aqui apresentados sugerem, enfim, que o II PND contribuiu de forma significativa para os sérios problemas que, ampliados pela segunda crise do petróleo e elevação dos juros em 1979, culminaram com graves desequilíbrios, crise externa e estagnação econômica nas décadas seguintes. (SANTOS, 2009, p. 29).

Por mais que o Plano econômico, em linhas gerais, tenha assumido uma lógica positiva (referente à mudança no modelo de importações e exportações, principalmente), por outro lado, a economia seguiu os passos do governo anterior, sem conseguir controlar a inflação. Isso estava alimentando a dívida externa e construindo assim um crescimento econômico a marcha forçada, o que evidenciaria suas consequências ao longo da década de 1980. A constante disputa hegemônica entre o corpo militar e empresarial, mediante a situação econômica nacional, evidencia a fragilidade presente no regime autoritário na transição do governo Geisel para o governo de João Batista Figueiredo.

1.3 O governo do general João Figueiredo e o Decreto-lei nº 1.813

Ainda mediante o processo de eleições indiretas, o general João Batista Figueiredo derrota Euler Bentes Monteiro do MDB no Colégio Eleitoral do dia 15 de outubro de 1978. Neste momento, o cenário político brasileiro encontrava-se extremamente caótico devido ao enfraquecimento do regime – embalado pelas disputas eleitorais –, o projeto de distensão política e a crise financeira, sustentando assim a sociedade civil a organizar-se e pressionar o corpo político pela volta do Estado democrático de direito (TAVARES *et al.*, 2010).

João Figueiredo já havia sido pensado para o cargo de chefe de Estado, muito anterior ao Colégio Eleitoral de 1978, sendo escolhido no momento em que Geisel assumiu a presidência:

Geisel, ao assumir a presidência da república, já tinha seu candidato à sua sucessão. Era o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, a quem nomeara Chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI, no início de seu mandato. (ANDRADE, 2010, p. 158 apud NOLASCO, 2017, p. 33).

Pelo próprio histórico atuante na política durante o regime, Figueiredo é escolhido para administrar um país em processo de redemocratização com novos arranjos de poder político, econômico e social. Conhecido como “presidente da reconciliação”, o modelo de governo

exercido pelo general seria fundamental para sustentação de todo imaginário formado durante o período do regime autoritário.

O projeto desenvolvimentista do governo de João Figueiredo para nação tinha o intuito de acelerar o crescimento econômico e principalmente de combater a inflação. Todos os governos militares seguiram essa lógica com relação à economia, todavia, a transição do governo Geisel para o governo do general João Figueiredo foi marcada pelo choque do petróleo de 1979, além da crise de recessão (estes fatores complicaram a ação governamental, essencialmente por conta do cenário de abertura política). O autor Julio César Bellingieri explica as consequências do contexto internacional para o início do governo Figueiredo:

[...] o aumento das taxas de juros internacionais puxado pelos EUA, que reduziu a liquidez mundial e dificultou a captação de novos empréstimos, ao mesmo tempo em que aumentou os encargos da dívida externa brasileira, contratada a juros flutuantes; a deterioração da situação fiscal do governo, com redução da carga tributária bruta, aumento do pagamento de juros da dívida interna, aumento do déficit das estatais, etc (BELLINGIERI, 2005, p. 16).

Ao assumir o poder em 15 de março de 1979, João Figueiredo monta um quadro de ministros voltados a tentar driblar os problemas econômicos e manter o ajustamento macroeconômico. A equipe era composta por Karlos Heinz Rischbieter como Ministro da Fazenda – sendo posteriormente substituído por Ernane Galvêas (1980) – e por Mario Henrique Simonsen, que foi designado para a Secretaria do Planejamento (cargo ocupado em seguida por Antônio Delfim Netto). Apesar desses ajustes, eram inevitáveis os problemas no campo econômico:

No entanto, no campo econômico, o governo Figueiredo seria marcado pelo agravamento da crise econômica internacional e nacional, em razão das altas taxas de juros internacionais e do segundo choque do petróleo em 1979. [...] Apontando a gravidade da crise, o ministro do Planejamento, Mario Henrique Simonsen, a partir de uma perspectiva que diagnosticava o déficit externo como resultado do excesso de absorção doméstica, renunciou, já no início do novo governo, um conjunto de medidas nos campos fiscal e monetário que implicava a redução das taxas de crescimento do PIB. (TAVARES *et al.*, 2010, p. 180).

As medidas adotadas pelo governo, cujo intuito era de se alcançar saldos positivos, acabaram desagradando o empresariado nacional com o ajuste fiscal e as medidas de contração do crédito para o setor privado. Posteriormente, a burguesia insatisfeita com a crise econômica passa a criticar o regime e a pedir pelo retorno do sistema democrático, visto que as medidas arbitrárias tomadas pelo governo não resultavam em benefícios para esta classe. Segundo Bresser-Pereira :

Pela primeira vez, desde 1964, os empresários passam a manifestar insatisfação com o regime e a demandar o retorno da democracia. Compreendi naquela época que estava iniciando-se a transição democrática e publiquei, em

1978, sete anos antes que essa consumasse-se, o livro *O colapso de uma aliança de classes*, que previa essa transição a partir da ruptura do acordo firmado entre os empresários e os militares, que começava a ocorrer (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 24, grifo do autor)

A situação nacional declinava em diversos lados, mesmo com governo buscando alternativas para controlar a economia nacional. Nesse sentido, é válido ressaltar as medidas do modelo de política exterior do governo Figueiredo, que ficou conhecido como Universalismo por buscar a manutenção do multilateralismo⁸ aplicado no governo Geisel com o pragmatismo responsável e ecumênico. Para Túlio Sérgio Henrique Ferreira,

A lógica ecumênica implicava a continuidade do modelo desenvolvimentista por meio da busca de fontes alternativas de conexões internacionais. Assim, a aproximação com a América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, além da busca de diálogo com os países socialistas da Europa Oriental decorriam dessa visão (FERREIRA, 2006, p. 121).

As relações exteriores, nos últimos dois governos do regime militar, eram lideradas não pelo fator ideológico, mas pela necessidade de adquirir insumos para efetivar o projeto desenvolvimentista do regime. Para isso, a busca por mercados alternativos se tornou o foco do governo de Figueiredo, muitas vezes criticado pelo próprio corpo militar, porém o diagnóstico da economia brasileira necessitava de outras parcerias no mercado estrangeiro. Para Geisa Franco,

Essa política externa não era uma estratégia isolada, visto que se associava a um modelo de Estado, denominado desenvolvimentista. Na história das relações internacionais brasileiras, de acordo com estudo elaborado por Cervo, que construiu tais conceitos por meio de elaboração empírica do “laboratório da história”, verifica-se, grosso modo, a existência de quatro grandes paradigmas (FRANCO, 2008, p. 37).

Em um cenário inicialmente fragilizado, principalmente no âmbito econômico, fazia-se necessária a atuação de um empreendimento que fosse capaz de gerar riquezas de longo prazo e que obtivesse eficácia suficiente para cobrir todos os investimentos feitos no mesmo o mais rápido possível. Com isso, o governo anuncia a elaboração do plano econômico quinquenal, dirigido por Mário Simonsen, antigo ministro da Fazenda do governo Geisel e ministro do Planejamento de Figueiredo. A recessão atingiu de forma drástica o cenário brasileiro, preocupando assim os grandes empresários com a possível falência das empresas brasileiras. Segundo Nolasco,

No período 1979-1984, após 11 anos de grandes níveis de crescimento ininterrupto, o Brasil não estava preparado para recessão. O diagnóstico de

⁸ A lógica utilizada na política externa do governo de João Figueiredo de manter relações econômicas e estabelecer negociações com diversos países foi aplicada como forma de posicionar o Brasil de maneira coerente perante o resto do mundo (FERREIRA, 2006).

Simonsen foi então recusado, esperando que o Brasil pudesse de algum modo recuperar-se e manter as altas taxas de crescimento (NOLASCO, 2017, p.62)

A preocupação com a economia atingia seu ápice, e o ministro Delfim Neto buscava fazer pronunciamentos para apaziguar o público, destacando que a economia do país continuaria crescendo com a administração do III Plano Nacional de Desenvolvimento (elaborado em 1979 e aprovado pelo congresso em 1980). Este projeto contava com o aumento de investimentos, a produção de emprego, combinado com a redução da inflação.

Além da crise internacional, o cenário interno restritivo e o descontrole inflacionário, agravados pela crise do balanço de pagamentos, acenaram com a impossibilidade de se prosseguir com a estratégia do governo anterior, baseada em um novo ciclo longo de crescimento e protelação das políticas de ajustamento macroeconômico de caráter recessivo, monetário, fiscal e cambial. Apontando a gravidade da crise, o ministro do Planejamento, Mario Henrique Simonsen, a partir de uma perspectiva que diagnosticava o déficit externo como resultado do excesso de absorção doméstica, renunciou, já no início do novo governo, um conjunto de medidas nos campos fiscal e monetário que implicava a redução das taxas de crescimento do PIB. (TAVARES *et al.*, 2010, 182).

A década de 1980 foi marcada pelo desemprego e a baixa nas importações e exportações, fatores contrários as metas do III PND. Como aponta Skidmore (1988), as medidas adotadas por Delfim não foram efetivamente positivas, pois a inflação e o déficit na balança de pagamentos estavam profundamente enraizados na economia brasileira. A crise econômica mundial de 1980 era refletida de diferentes formas no âmbito social. A classe trabalhadora, por sua vez, reagia com greves e reivindicava por empregos.

A oportunidade de negociação com outros países era também uma forma de gerar um consenso interno sobre o bom funcionamento da política externa. Em vista disso, seria possível conseguir investidores para retomar os projetos originários do II PND, principalmente, como uma forma de minimizar a dívida externa. O governo buscou acelerar os projetos voltados para a demanda de energia elétrica e produção de matérias-primas, projetos estes incompletos por falta de insumos. Segundo Tavares *et al.*,

Nesse período, buscando amenizar o crescente endividamento externo, o governo tentou acelerar projetos originários do II PND, que, pela escala, também se voltavam para a exportação de matérias-primas e produtos primários. Carajás é um desses exemplos em que houve apoio a investimentos para a exploração de enormes reservas de ferro, manganês e bauxita na serra, no sul do estado do Pará [...] Na mesma direção, ainda em 1982, o governo tentaria salvar o Projeto Jari, outro empreendimento de exploração e exportação de recursos naturais da Amazônia, patrocinando sua compra por empresas brasileiras (TAVARES *et al.*, 2010, p. 181)

Com o objetivo de reorientar o padrão de industrialização, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, projetos do governo de cunho federal como o Proálcool, Energia Nuclear,

Petróleo, Ferrovia, Polo Petroquímico, Papel Celulose, Siderúrgica e Metais Não Ferrosos (Valesul) e Mineração (Alunorte, Albrás e Carajás) surgiram como novo modelo de substituição de importações (BARBOSA, 2015). Assim, o governo adotou medidas de integração do território nacional de modo a tornar o Brasil um grande polo industrial, ocupando regiões até então pouco exploradas. Conforme destacam Becker e Egler,

As políticas para integração do território nacional corresponderam a uma ação rápida e combinada para, simultaneamente completar a ocupação do território, incorporando o centro oeste e a ‘ilha amazônica’; modernizar e expandir a economia nacional, articulando-a à internacional; estender o controle do estado a todas as atividades, todos os lugares (BECKER; EGLER, 1993, p. 144 apud BARBOSA, 2015, p. 19).

Em um contexto de seguimento das linhas desenvolvimentistas capazes de conceder continuidade aos grandes projetos voltados para as áreas de exploração de petróleo, energia e minerais, o governo passou a buscar mercado em países investidores aptos a dar origem às construções necessárias para o funcionamento dos projetos contidos no II PND.

O general presidente João Figueiredo, juntamente com o corpo político, buscava adequar-se à situação econômica nacional. Em resposta ao contexto brasileiro, o governo, como forma de amenizar o endividamento externo, publicou no Diário Oficial da União o Decreto-Lei nº 1.813 no dia 24 de novembro de 1980, no qual se anunciava oficialmente a implantação do Programa Grande Carajás (PGC).

O decreto assinado pelo presidente abordava as questões com relação ao regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Ferro Carajás, além dos empreendimentos integrantes que compreendiam o serviço de infraestrutura como prioridade. Segundo o Art. 2º do Decreto-Lei nº 1.813, o projeto consistia em:

Art. 2º Os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás compreendem:

I - serviços de infraestrutura, com prioridade para:

o projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís; b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás; c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas; d) outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás; e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas [...]. (BRASIL, 1980, p. 1).

As obras de infraestrutura contidas no decreto formavam o Projeto Carajás, grande empreendimento voltado para exploração de matérias-primas como minério de ferro, manganês e bauxita. O projeto contava com a Ferrovia Carajás, que serviria como principal meio de transporte para a matéria vinda do estado do Pará. Além da ferrovia, havia também o porto de

Ponta da Madeira (principal rota de escoamento para exportação) e a hidrelétrica de Tucuruí (fonte de energia). Conforme posto por Joan Botelho,

Toda essa riqueza é exportada pelo Porto de Ponta da Madeira e transportada através da Ferrovia Carajás, construída estrategicamente entre Pará e o Maranhão para garantir o escoamento dessas riquezas minerais. A CVDR construiu uma ferrovia, como transporte seguro e de baixo custo. São 892 quilômetros de estrada de ferro ligando a Serra de Carajás no Pará ao Porto de Ponta da Madeira em São Luís, contando com 56 Pátios distribuídos no Pará e Maranhão (BOTELHO, 2007, P. 206).

Conforme destacado acima, o Projeto Carajás possui uma infraestrutura grandiosa e fundamental para seu funcionamento. A construção do Programa Carajás se conformou de forma rápida se levado em consideração a grandiosidade das estruturas de bases que foram necessárias para sustentação do projeto. O Decreto-Lei oficializou a construção do PGC em 1980, iniciando-se com construção da Hidrelétrica de Tucuruí e sendo “finalizando” com a construção do Porto de Ponta da Madeira em 1986 (BOTELHO, 2007).

Dentre os mais diversos fatores aqui abordados, é essencialmente necessário compreender o modelo econômico do Maranhão nas décadas de 1970 e 1980 para assim refletir sobre todos os impactos trazidos pela chamada “Era dos Grandes Projetos”. O Decreto-Lei nº 1.813 não pensava somente na construção de estruturas capazes de extrair e exportar as matérias exploradas nas jazidas da Serra dos Carajás. O texto ainda continha a atenção voltada para melhorar algumas atividades produzidas nas regiões Norte e Nordeste, como forma de melhorar o desenvolvimento destas regiões.

[...] II - projetos que tenham por objetivo atividades de:

a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria; c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;

III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região. (BRASIL, 1980, p. 2).

O projeto aprovado pelo governo fazia parte de um padrão de desenvolvimento da política industrial brasileira que visava abrir novamente o território nacional para o capital estrangeiro. A operação voltada para região amazônica expandiu-se atingindo áreas adjacentes com objetivo de aproveitamento integrado de regiões como Norte, Nordeste:

[...] a integração do território foi usada como um recurso simbólico para a construção para construção do Grande Brasil e, neste contexto, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária. Em outras palavras, as políticas para integração do território visaram à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna. (BECKER; EGLER, 1993, p. 144 apud BARBOSA, 2015, p. 19).

Este capítulo buscou apresentar as estratégias executadas durante o governo do general Ernesto Geisel para mudar o curso da economia brasileira, como forma de continuar com altos

índices de crescimentos, lançando, assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Sendo continuado para o governo de João Figueiredo, o III PND tentou minimizar os impactos internacionais na economia brasileira, acelerando projetos pensados no governo anterior. A discussão feita em relação à crise econômica serviu como abertura para o diálogo realizado em torno de Decreto-lei nº 1.813 que institucionalizou o Projeto Grande Carajás, objeto desta pesquisa. Dessa maneira, o próximo capítulo desenvolverá um debate acerca das questões que foram sendo construídas no âmbito estadual conforme a implementação do Projeto Carajás.

CAPÍTULO 2 - AMAZÔNIA ORIENTAL E O MARANHÃO EM FOCO

Este capítulo tem como foco entender a maneira como o Projeto Grande Carajás seguiu na esfera política estadual, buscando analisar o discurso desenvolvimentista e o programa de integração e ocupação da Amazônia como forma de levar o desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste. Nesse sentido, durante o ano de 1980, o governo do general João Figueiredo iniciou a construção do Programa Carajás, dando assim um salto no modelo econômico exercido no Maranhão. No âmbito político, João Castelo, a partir de eleições indiretas em 1978, foi nomeado governador do Maranhão pelo presidente general Ernesto Geisel, ficando no poder até 1982 – este estreitou as negociações a nível regional e nacional por conta da sua direta ligação com o governo militar. As primeiras obras realizadas em solo maranhense foram sob a fiscalização de Castelo, todavia, as inaugurações e finalizações somente se concretizaram no governo de Luís Rocha (1983-1987). Luís Rocha se constituiu enquanto figura emblemática para a imprensa estadual especificamente para o jornal *O Imparcial*. Neste contexto, a análise do jornal é essencial para este capítulo que, durante o período de implementação do PGC, foi um grande veículo para a expansão do discurso modernizante.

2.1 Programa Grande Carajás e o discurso de integração nacional

O Programa Carajás foi um projeto de esfera federal que tinha como principal objetivo a extração e exportação de matérias-primas. Por mais que tenha sido publicado no Diário Oficial somente em 1980, o projeto Carajás já fazia parte da estratégia de implantação do Programa de Integração Nacional (PIN)⁹, assim como outros projetos pensados para década de 1970. Baseado na integração e colonização da região amazônica o PIN, respaldava-se não somente em um cunho geopolítico, mas, principalmente, no caráter econômico do plano desenvolvimentista gerido durante os governos militares. Segundo José Matias-Pereira:

É por intermédio da implementação do Programa Integração Nacional (PIN) que o Estado brasileiro dá início aos esforços no sentido de conduzir e disciplinar o assentamento de camponeses na Amazônia. Esse programa se propunha a fixar na Amazônia, parte do Nordeste, usando terras devolutas da região recém-transferidas ao governo federal (MATIAS-PEREIRA, 1997, p. 79)

As questões que se referem à Amazônia e ao processo de ocupação e propagação do desenvolvimento – especificamente após a instauração do Estado autoritário em 1964 – estão

⁹ Projeto criado durante o governo presidencial do general Emílio Garrastuzu Médici, que tinha como principal objetivo a ocupação de terras na região Amazônica, devido imigração de contingentes populacionais da região Nordeste. Assim, mediante o processo de integração das regiões Norte e Nordeste, a fiscalização ficou sob responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que passaram a promover propostas desenvolvimentistas inter-regional, superando o plano inicial do Programa de Integração Nacional (PIN).

diretamente ligadas à acumulação capitalista, à modernização das instituições econômico-financeiras e à industrialização (MATIAS-PEREIRA, 1997). O Programa de Integração Nacional foi implantado em 1970 durante o governo do general Garrastazu Médici e tinha como objetivo instaurar obras de infraestrutura de ordem econômica e social nas regiões Norte e Nordeste do país. A proposta de tal programa era baseada na mão-de-obra nordestina, liderada principalmente por conta do vazio demográfico na Amazônia. Conforme afirmam as autoras Célia Congilio e Joyce Ekeda:

Sob controle do Estado brasileiro e com o discurso de integração, o território amazônico foi invadido pelos interesses de uma fração da burguesia brasileira e, sobretudo, pelo capital internacional, o que nos leva a concluir que o processo desenvolvimento econômico da Amazônia não se deu para integrar as populações aos benefícios do chamado progresso, mas sim garantir os interesses dos grandes pólos industriais nacionais e internacionais (CONGILIO; EKEDA, 2013, p. 7)

A lógica de integração nacional carregava os lemas “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem-terra” como forma de reforçar a necessidade de ocupação e colonização amazônica. O Programa de Integração Nacional (PIN) buscava solucionar a problemática o fluxo migratório, realocando famílias para as regiões compreendidas pelo Programa, assim como, projetava a construção de rodovias que ligassem as regiões Norte e Nordeste às demais regiões do Brasil, além de mapear o potencial mineral da Amazônia com o forma de implementar empreendimentos hegemônicos na região conforme a lógica capitalista dos países em desenvolvimento. Para Hébette:

Integrar a Amazônia ao capitalismo significava inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com produção industrial nacional e internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital (HÉBETTE, 2004, p. 62).

Seguindo a lógica de inserção capitalista, o processo de colonização na região amazônica acaba entrando em um processo de desaceleração em relação à ocupação de terras por famílias advindas do processo de migração. A quebra da bolsa em 1971¹⁰, assim como o programa de incentivos fiscais da Amazônia, gerou a valorização do lote de terra, fazendo com que o governo se aproximasse de empreendimentos voltados para a agropecuária e a agroindústria. Por essa perspectiva,

¹⁰ No embalo das primeiras crises de pré-globalização, o “crash de 1971”, que foi a quebra da bolsa brasileira que em julho da década de 1971 até julho do ano seguinte, apresentou uma desvalorização com cerca de 54,79%. Devido este cenário, a economia brasileira foi freada com relação aos investimentos, gerando assim um considerável atraso nos projetos tanto de iniciativa privada, como os de iniciativa estatal.

Isso provocou uma forte valorização das terras, elevando o interesse pelo programa de incentivos fiscais da Amazônia, e cresceu muito a aprovação, por esse programa, de grandes projetos agropecuários e agroindustriais. Fica, assim, explicado o afastamento por parte do governo, do processo de colonização pública, em meados da década de 70, passando, dessa forma, a orientar os seus esforços de ocupação da Amazônia de grandes empreendimentos agropecuários ou agroindustriais. (MATIAS-PEREIRA, 1997, p. 80).

Após o Programa de Integração, a região de influência para desenvolvimento passou a ser dividida em Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Amazônia Continental. A partir das disputas hegemônicas e as ações autoritárias efetivadas durante o regime ditatorial, o governo passou a utilizar o conceito de Amazônia Legal para referir-se à região de ocupação e colonização da Amazônia. Assim, órgãos como o Banco da Amazônia – BASA –, o Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM – e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – foram fortalecidos e inseridos em questões de extremo interesse para o governo federal:

No caso da Amazônia, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM é a responsável pela administração dos incentivos e o Banco da Amazônia –BASA é o operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM. A área beneficiada pelos incentivos fiscais do FINAM abrange toda região acima do paralelo 13, definida como Amazônia Legal. (MATIAS-PEREIRA, 1997, p. 81).

Neste cenário, para garantir os interesses nacionais e internacionais na região, o governo seguiu a agenda político-econômica com uma série de projetos voltados para a inserção da Amazônia no contexto capitalista. Temos como exemplos desta atividade de introdução projetos como Radar na Amazônia – RADAM – (operado entre 1970 e 1975 e cujo objetivo era o mapeamento geológico da região e a capacidade mineral da região), além do Programa Grande Carajás – PGC – (desenvolvido entre 1980 e 1986 e que possuía a exploração mineral na região da Serra dos Carajás como principal atividade) e, finalmente, o Projeto Calha Norte (projeto civil-militar criado em 1985, com a finalidade de proteção das fronteiras da região Norte do país). Segundo a discussão proposta por Filho (2016), tais projetos citados acima se baseavam no eixo desenvolvimentista pensado para a região amazônica e geridos a partir do Programa de Integração Nacional.

O Programa Grande Carajás (PGC), foco desta pesquisa, foi pensado neste contexto de disputas políticas e fortalecimento da hegemonia nacional. Contudo, os embates sobre a capacidade mineral da região amazônica tiveram seu início muito antes, visto que a descoberta das jazidas de Serra dos Carajás, localizada no estado do Pará, ocorreu em 1967 após pesquisas realizadas pela por uma subsidiária da multinacional *United States Steel*, que possuía grande interesse pelo manganês (recurso estratégico). Machado afirma que:

A descoberta do minério de Carajás, em 1967, pela Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel, deu-se no bojo de um processo de investimentos em pesquisas de novas fontes de matérias-primas por parte das empresas mínero-metalúrgicas transnacionais. As revoluções nacionalistas na África, concomitantemente ao pequeno número de países produtores de alguns minerais estratégicos, colocavam em risco o suprimento de matérias-primas minerais para as economias dos países industrializados, então em plena fase de crescimento (MACHADO, 1991, p. 159)

Seguindo a mesma linha de pensamento de Machado, o autor José Benatti (1997) destaca que o processo de independência em países da África foi um fator responsável para a instabilidade do mercado mundial da época. Este processo modificou a ação do neocolonialismo e a exploração das riquezas do continente africano, diminuindo assim a produção matérias-primas minerais dos países industrializados.

Com a magnitude das jazidas Serra dos Carajás, o governo brasileiro, através da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD –, passou a demonstrar interesse pela exploração mineral na região, o que gerou forte resistência sobre a exploração em solo nacional. Dessa forma, seguindo ainda as considerações de Benatti:

Desde o início, a U.S. Steel encontrou forte resistência dentro do Estado Brasileiro, principalmente, na CVRD para assumir a mineração de Carajás. Em outubro de 1969, como resultado de negociações foi fundada a Amazônia Mineração S.A – AMZA, destinada a implementar e operar o PFC (sendo 51% da CVRD e 49% da Meridional-US Steel) (BENATTI, 1997, p.3)

A criação da Amazônia Mineração S.A – AMZA – era uma forma de garantir que ambos os lados teriam seus interesses econômicos atendidos, entretanto, após o choque do petróleo e a recessão, a *United States Steel* diminuiu os interesses na exploração mineral. É válido ressaltar que o contexto internacional afetou drasticamente o território nacional, transformando os investimentos nacionais em questões carregadas de riscos e incertezas. Em meados do Governo Geisel, a CVRD assume totalmente a frente da exploração mineral do Projeto Carajás:

A recessão mundial que se iniciou em 1973 reduziu, entre outros fatores, o interesse da United States Steel pelo empreendimento. Em 1977, ela acaba se retirando do projeto ficando o capital da Amazônia Mineração S/A integralmente pertencente à CVRD, que, já em 1978, iniciou as obras de implantação do Projeto Ferro Carajás (PFC). Desde então, o projeto foi executado como prioridade de governo, e, em 1985, a mesma começou a exportar minério de ferro. (MACHADO, 1991, p. 160).

O Projeto Ferro Carajás tornou-se prioridade para o governo, porém, inicialmente, os investimentos foram rodeados por três principais argumentos contrários ao Programa e à instalação de grandes empreendimentos na região amazônica. Seguindo esta lógica, os argumentos respaldavam-se, em primeiro lugar, nos altos valores destinados para exploração das minas; segundo, existiam sérios problemas de transporte com difícil acesso a floresta amazônica; e, por fim, a instabilidade no mercado de ferro (BENATTI, 1997).

O Projeto Ferro Carajás tinha o objetivo de estimular a instalação de um conjunto empreendimentos que duplicariam as exportações brasileiras previstas no II PND, além de gerar dólares destinados ao pagamento da dívida externa. Como forma de minimizar a lógica contrária aos empreendimentos, a atuação da CVRD tornou-se mais efetiva de modo a gerar mudanças na imagem do Brasil.

Baseados nestes fatores favoráveis foram elaborados os discursos que legitimaram a CVRD a conseguir o monopólio de exploração de ferro em Carajás, e dentre eles destacamos: o de gerar divisas para o país; assumir o papel desenvolvimentista que era bom para a imagem do Brasil e prevenir a penetração de capital estrangeiro na região. (BENATTI, 1997, p. 4).

A jazida localizada na clareira da Serra Arqueada, no sudeste do Pará, atualmente como conhecida como Serra Carajás, contava, em seus primórdios, com reservas de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, cuja capacidade de exploração era 540 anos, além da bauxita (137 anos), manganês (135 anos), ouro (25 anos), cobre (24 anos), caulim (330 anos). É possível observar esses índices a partir da capacidade das reservas minerais:

A Serra de Carajás está localizada na região norte do Brasil, no Estado do Pará, no município de Parauapebas. Trata-se de uma área rica em exploração de minério de ferro e derivados, com potencial para exploração de minerais em, no mínimo, 500 anos. É a maior província mineral do planeta, cuja reserva é estimada em 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 1 bilhão de toneladas de cobre, riqueza que poderá superar a exploração de minério de ferro e mais: 40 milhões de toneladas de bauxita, 60 milhões de toneladas de manganês e 124 milhões de toneladas de níquel, 13.000 toneladas de cassiterita que deverá produzir 9.240 toneladas de estanho e 2.2 toneladas de ouro. (BOTELHO, 2007, p. 205-206).

Partindo da grandiosidade mineral e da localização privilegiada do Programa Carajás, desenvolveram-se projetos de infraestrutura capazes de ligar o Sul do Pará ao Maranhão. A Estrada Ferro Gusa, a hidrelétrica de Tucuruí e o Porto de Ponta da Madeira foram os projetos desenvolvidos segundo os fartos incentivos do governo federal. O Projeto Carajás ainda contava com empreendimentos voltados para reflorestamento na região de exploração e produção de carvão mineral:

Os empreendimentos integrantes do PGC compreendem serviços de infraestrutura, projetos de pesquisa, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais, projetos de florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização da madeira e outras atividades consideradas importantes para o desenvolvimento da região. (MACHADO, 1991, p. 164).

O governo militar de Ernesto Geisel trabalhou para movimentar a economia, com o intuito de incentivar os investimentos do capital multinacional e associado e almejar a rapidez no desenvolvimento do Projeto Carajás. Frisando que durante todo o processo de estruturação do grande projeto, o governo fortificou o discurso desenvolvimentista, mas desta vez direcionado para as regiões Norte e Nordeste do Brasil, com a integração da Amazônia Oriental.

Entretanto, o Programa só conseguiu espaço “favorável” na economia brasileira em 1980, iniciando assim o Projeto Ferro Carajás (PFC).

O Projeto Ferro da CVRD, a “espinha dorsal” do Programa Grande Carajás, compreende um sistema integrado: a mineração em Carajás, o transporte pela ferrovia de Carajás a São Luís numa distância de 890 km e as instalações portuárias, administrativas, operacionais e de manutenção em São Luís. (GISTELINCK, 1988, p. 75).

O Programa Grande Carajás foi um projeto voltado para empreendimentos especificamente na Amazônia Oriental. Nesse sentido, atividades voltadas para agropecuária e agroindústria foram destinadas para os estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Os investimentos para o Projeto Ferro Carajás (um dos mais importantes projetos) partiram de algumas instituições específicas, dentre elas, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

É no regime militar que surgem os grandes projetos governamentais financiados com recursos públicos do BNDS, FINOR, SUDENE, FINAN e SUDAM que, associados aos interesses das oligarquias locais, projetaram impactos sociais, muitas vezes mais negativos que positivos. (BOTELHO, 2007, p. 204).

Como forma de minimizar a dívida externa do país, o governo passou a incentivar grandes empresas a investir em projetos que corroborassem com o Programa Ferro Carajás. Dessa maneira, incentivos fiscais foram concedidos pelo governo brasileiro, e os empreendimentos integrantes do PGC passaram a possuir um tratamento especial com a isenção de impostos de renda e carga tributária pelo prazo de dez anos (MACHADO, 1991). Este fator exerceu forte impacto nas relações de trabalho que foram sendo desenvolvidas no corredor ferroviário, de maneira a utilizar uma mão-de-obra irregular.

A forma autoritária em que foi implantado o PFC refletiu também na relação que se deu entre a CVRD e a mão-de-obra da região. Desde o início em que o PFC foi implantado, a força de trabalho ficou segmentada. A construção da infraestrutura da mina ocorreu basicamente com a mão-de-obra não qualificada contratada pelas empreiteiras, enquanto que o pessoal da CVRD trabalhou somente na supervisão e fiscalização. (BENATTI, 1997, p. 5).

A mão-de-obra contratada para a construção da infraestrutura do Programa Grande Carajás seguiu a lógica da contratação inicial de funcionários via empreiteiras, todavia, conforme o desenvolvimento das obras a prática, tornou-se uma regra geral, sendo utilizada até os dias atuais.

O grande empreendimento do governo federal contou com três principais obras para a conclusão do objetivo final do projeto, sendo estes, a hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro

Carajás e o Porto de Ponta da Madeira. As obras de base para o PGC tinham como função, respectivamente, a geração de energia para o funcionamento das demais estruturas, a exploração e extração mineral e, finalmente, o escoamento da produção das matérias-primas.

2.2 A infraestrutura de base do Projeto Grande Carajás

O sistema de exploração de minério pela CVRD (atual Vale S.A), através do Programa Grande Carajás, é um ponto que ainda gera diversas discussões, quer sejam no campo político-econômico, quer sejam no âmbito socioambiental. A implementação das grandes infraestruturas de base para o projeto foram e são responsáveis por inúmeras mudanças estruturais no modelo econômico nacional, no método de trabalho exercido nas regiões cortadas pelas construções do PGC, assim como, nos impactos às comunidades tradicionais que residiam ou residem no espaço de atuação destes empreendimentos hegemônicos.

Segundo Gistelinck (1988), o Complexo Minerador de Carajás localizado em Paraupabas-PA é responsável por 35 milhões de toneladas de minério por ano. Porém, o contexto referido pelo autor diz respeito aos primeiros anos de funcionamento projeto, visto que, atualmente, após a duplicação da ferrovia Carajás (Projeto S11D), a capacidade de exportação aumentou consideravelmente, passando para 230 milhões de toneladas por ano.

Durante o percurso de implementação do Programa Carajás, foram apresentados à Secretaria Executiva do PGC um total de 22 projetos voltados para o melhor funcionamento do empreendimento do Governo Federal (MACHADO, 1991). Entretanto, nem metade dos projetos foram aprovados, pois o fator de maior importância para o governo e para a CVRD era a conclusão das obras que sustentariam o projeto em seu principal objetivo, ou seja, a prioridade foi dada à Estrada de Ferro Carajás (responsável pelo transporte do minério extraído nas minas), a Hidrelétrica de Tucuruí (principal fonte de fornecimento de energia de baixo custo) e o Porto de Ponta da Madeira (via marítima responsável pelo escoamento da matéria-prima com destino internacional).

Conforme o cenário apresentado, os empreendimentos voltados para a Amazônia Oriental, assim como o descaso exercido pelas grandes empresas atuantes nas regiões cortadas pelo PGC, geraram uma situação de extrema precarização nas áreas de influência do projeto, fator que originou diversos problemas ambientais e conflitos sociais.

3.2.1 Usina hidrelétrica de Tucuruí

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é considerada a maior obra de engenharia já realizada na Amazônia, tornando-se um marco entre as construções de barragens a nível mundial, devido

à sua grandiosidade. Constituiu-se em uma central hidrelétrica localizada no Rio Tocantins, no município de Tucuruí-PA. A usina hidrelétrica surgiu a partir do Programa Grande Carajás e tinha como principal função o fornecimento de energia a baixo custo. Para o autor Tádzio Coelho:

A maior parte destes projetos incluía a criação de uma infraestrutura que diminuía os custos para exportação de matérias-primas. O Programa Grande Carajás (PGC) era a principal destas iniciativas no setor de mineração. Para atender as necessidades do PGC, outros grandes projetos foram colocados em prática, tais como a Hidrelétrica de Tucuruí, que serviu para oferecer energia elétrica a preços baixos para empresas exploradoras de recursos naturais (COELHO, 2017, p.7).

Foi em 1960 que o projeto ganhou força seguindo como parte das políticas para desenvolvimento e integração da Amazônia. A construção da usina hidrelétrica foi iniciada em 1974 e finalizada em 1984. Durante este período, o discurso desenvolvimentista assumiu frente como forma de fortificar as propostas do regime. Nesse sentido, a proposta modernizadora voltada para Amazônia Oriental foi dirigida pelos grandes empreendimentos e pela pouca preocupação com os impactos ambientais, assim como o descaso pelos direitos civis. Tais vertentes causaram objeções sobre a implantação do projeto energético. Conforme afirma Philip Fearnside:

A hidrelétrica de Tucuruí, criada em 1984 no Estado do Pará, continua sendo uma fonte de controvérsia. A maioria dos benefícios da energia vão para empresas de alumínio, onde apenas um montante de emprego minúsculo é gerado. Apresentado frequentemente por autoridades como um modelo para o desenvolvimento hidrelétrico, devido à quantidade substancial de energia que gera, os impactos sociais e ambientais do projeto são igualmente substanciais (FEARNSIDE, 2015, p. 38).

Após a construção do empreendimento de propriedade da Eletronorte, os impactos ambientais causados na região passam a ser cada vez mais visíveis. Estima-se que houve uma perda considerável na biodiversidade, sobretudo, no que se refere às espécies de peixes que já estavam adaptados às corredeiras ou até mesmo espécies de peixes que utilizavam o rio como meio de migração. Além disso, a hidrelétrica exerceu fortes impactos em áreas indígenas, inundando algumas regiões, indo de encontro ao discurso veiculado pela Eletronorte na região:

Sempre houve indicações de que Tucuruí não é a maravilha descrita pela ELETRONORTE, a companhia elétrica no norte do Brasil [...] Os residentes ao longo das margens do reservatório têm uma longa série de reclamações e acamparam durante dois anos na entrada da sede da ELETRONORTE para reivindicar locais alternativos de reassentamento. A economia das vilas a jusante da barragem foi destruída, criando, entre e a população do baixo rio Tocantins, uma hostilidade quase unânime contra a ELETRONORTE. (FEARNSIDE, 2015, p. 38-39).

Como afirma Fearnside (2015), com a construção da usina de Tucuruí diversas regiões localizadas na zona de influência da hidrelétrica foram inundadas, por conta da elevação do nível da água do Rio Tocantins. Inúmeras famílias se deslocaram para as regiões próximas à hidrelétrica com o intuito de buscar novas alternativas de empregos no mercado de construção de estradas ou simplesmente para se afastarem de atividades ligadas à agricultura. A área da hidrelétrica rica em peixes também foi um fator migração para indivíduos que utilizavam o rio como fonte de sobrevivência, assim como de famílias que já residiam na região. Neste contexto:

Além dos pescadores dos municípios da área de influência da UHE Tucuruí, observou-se uma migração de pescadores de municípios situados às margens dos rios Tocantins e Araguaia, possivelmente atraídos pela concentração de peixes do reservatório e pela carência de peixes a jusante, nos primeiros anos de formação do lago. (CINTRA *et al.*, 2011, p. 64).

É válido ressaltar que, com o passar dos anos, o número de peixes foi diminuindo e causando grande impacto nas comunidades de pescadores localizadas às margens do rio. Outros empecilhos foram detectados após a implantação da usina, como problemas de saúde por picadas de mosquitos do gênero *Mansonia*¹¹, além da transmissão de malária (presentes nos reassentamentos) e da contaminação via mercúrio.

Ao longo da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-UHT, a geração de energia se mostrou como fonte positiva na geração de empregos, não somente na construção da usina, como também em áreas voltadas para fornecimento de energia (FEARNSIDE, 2015). Em contraposição, os impactos ambientais e sociais trazidos pelo grande empreendimento marcaram profundamente as populações locais, uma vez que mudanças estruturais no modo de vida dessas comunidades aconteceram de forma bastante significativa.

2.2.2 Estrada de Ferro Carajás

A Estrada de Ferro Carajás foi o segundo empreendimento a ser construído e serviu como fonte principal para o deslocamento da matéria-prima extraída nas minas. As obras foram iniciadas em 1982 e finalizadas em 1985. Porém, antes da finalização da ferrovia, os trens já faziam pequenas viagens de um município a outro.

Durante a construção da linha férrea, o estado do Pará tinha como governador Jader Barbalho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB; já no estado do Maranhão,

¹¹ Os mosquitos pertencentes a este gênero são conhecidos por serem os principais vetores de doenças como a malária.

durante este recorte temporal, o governador Luís Rocha, do Partido Social Democrático – PSD –, exercia seu mandato. Apesar do primeiro trecho da ferrovia ter sido finalizado em novembro de 1983, foi somente em 1985, contando com a presença do general presidente João Batista Figueiredo, que a Estrada de Ferro Carajás foi oficialmente inaugurada já, neste momento, com todo trajeto da ferrovia.

A Estrada de Ferro, também conhecida como EF-315¹², é uma ferrovia que se inicia na região Serra dos Carajás, localizada na região Sul do estado do Pará, e se encerra no Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão:

A estrada de ferro tem início na serra dos Carajás, dirigindo-se para o Nordeste até atingir o terminal da Ponta de Madeira em São Luís. Seu traçado é caracterizado pela ausência de túneis e reduzida quantidade de obra-de-arte em topografia suave. A maior obra-de-arte é a ponte sobre o rio Tocantins, perto de Marabá, com uma extensão de 2.344m. (GISTELINCK, 1988, p. 76).

Em direção a São Luís, as elevações são de apenas 0,4% e, em Carajás de 1% no máximo (GISTELINCK, 1988). Nesse sentido, o trajeto da ferrovia é marcado por um cenário limpo, sem muitas elevações, fator que facilitou a construção de uma linha férrea simples, com uma estrutura voltada para o modelo de exportação primário.

O trem para o transporte de minério inicialmente era composto por três locomotivas e 160 vagões, com uma capacidade líquida de aproximadamente 98 toneladas em cada vagão. Tais características foram muito importantes para a exportação de um montante mineral extremamente vasto para os países compradores da matéria-prima. Segundo os autores Penha e Nogueira:

[...] a Estrada de Ferro Carajás que, com seus 892 km, corta os estados do Pará e Maranhão levando os minérios desde as minas ao Porto de Ponta da Madeira em São Luís, um dos maiores terminais de escoamento de minério de ferro do mundo (PENHA;NOGUEIRA, 2015, p.215).

A ferrovia, com sua capacidade de transporte, além de estar ligada aos estados do Pará e Maranhão, também é interligada por outras duas ferrovias: a Companhia Ferroviária do Nordeste e a Ferrovia Norte-Sul, que atravessam regiões importantes, como os estados de Goiás, Tocantins e Maranhão. A ligação com essas ferrovias acarretou na facilidade em exportar grãos no sul do estado do Maranhão.

Na ferrovia Carajás, a velocidade máxima dos trens é de 80km/h em sentido São Luís-mina (com os vagões vazios). Após o carregamento da produção, a velocidade é de 65km/h na direção oposta. Embora o transporte via malha férrea possua um custo extremamente baixo, a

¹² No ano de 2015 a Estrada de Ferro passou por um processo de ampliação e duplicação, por meio do Projeto S11D, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva de minério de ferro. Consultar Tádzio Coelho (2017).

implantação desta estrutura é responsável por uma gama de impactos no meio ambiente.

Segundo Gistelinck :

Apenas o transporte marítimo por grandes embarcações é mais barato do que o transporte pelo trem da Estrada de Ferro Carajás (EFC). O custo operacional da ferrovia é um dos mais baixos do mundo, devido à alta tecnologia com que foi implantada e com que está sendo feita a manutenção (GISTELINCK, 1988, p. 77).

Ao longo do corredor ferroviário, diversos empreendimentos siderúrgicos foram sendo desenvolvidos, no intuito de comercialização da produção advinda da Serra dos Carajás. A quantidade de minério de ferro exportado pela EF-315 e sua boa localização possuem fatores que impulsionaram a concretização destes projetos em torno da ferrovia. Assim, a facilidade em adquirir minério de ferro, comprado diretamente da CVRD, além de uma área farta para a produção de carvão vegetal, tornou o cenário ainda mais favorável e atraente para os novos empreendimentos.

A implantação de toda essa infra-estrutura de produção e comercialização de minérios criou oportunidades a jusante do processo produtivo, tal é o caso das indústrias siderúrgicas. A disponibilidade abundante de minérios como o ferro e o manganês e a moderna infra-estrutura de escoamento da produção através da estrada de ferro e do porto constituem fatores locais importantes para o desenvolvimento da atividade siderúrgica na região. (MACHADO, 1991, p. 160).

A construção da EFC, assim como a presença de outros empreendimentos siderúrgicos, foram elementos que causaram e causam grande impacto social e ambiental na zona de influência do projeto. O aparecimento de grandes madeireiras, siderúrgicas, a ação de grandes proprietários de terras e acirramento de disputas territoriais apresentaram-se como fatores de extrema mudança na situação fundiária na região da Amazônia Oriental.

A construção da ferrovia, as usinas de ferro-gusa e a implantação de projetos de reflorestamento para celulose aumentaram a especulação imobiliária na região. O mercado de terras foi aquecido em proporções superiores ao que já havia antes ocorrido com o incremento das atividades madeireiras e agropecuárias. A concentração fundiária no Sul do Pará e Maranhão, juntamente com a falta de democracia na área rural, provocam insegurança generalizada. (BENATTI, 1997, p. 11).

A além dos embates com o pequeno produtor, a construção da EF-315 também afetou drasticamente as comunidades tradicionais. De acordo com Hall (1991, p. 105 apud COELHO, 2017), no estado do Maranhão, a ferrovia, assim como as linhas de transmissão de energia, corta as reversas indígenas Gavião, Guajajara e Guajá. Além do impacto em terras indígenas, áreas quilombolas sofreram com a ação do grande empreendimento, pequenos extrativistas e

produtores de carvão mineral foram atingidos tanto por fatores sociais, quanto ambientais, perdendo consideravelmente seu espaço de atuação.

A Estrada de Ferro Carajás é um empreendimento que causou e ainda causa muitos conflitos, principalmente, após seu processo de duplicação. A falta de diálogo e respeito por parte de grupos hegemônicos em relação às populações pobres de pequena influência mostram a ação do grande capital e do famigerado discurso desenvolvimentista que, em diversos contextos é marcado pela prática da violência, da desvalorização e da lógica de exclusão.

2.2.3 Terminal Ponta da Madeira

A Companhia Vale do Rio Doce, que se tornou Vale S.A após a sua privatização durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, possui, no ranking mundial, o título de segunda maior empresa de mineração e exerce relações econômicas com diversos países, dentre eles Japão, China, Estados Unidos. Para Cutrim *et al.*,

A VALE S.A é a segunda maior empresa mineradora do mundo, a maior das Américas, um dos maiores produtores mundiais de minério de ferro e pelotas e posiciona-se, mundialmente, em segundo lugar na produção de níquel (CUTRIM *et al.*, 2014, p. 28)

A empresa cresceu mundialmente na atividade minero-metalúrgica após a implantação do Programa Grande Carajás e dos empreendimentos trazidos com o projeto federal, com o intuito de modificação no modelo de exportação brasileira.

O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira é um porto privado pertencente à Vale S.A, adjacente ao porto do Itaqui, no interior da baía de São Marcos no estado do Maranhão. Destinado à exportação do minério trazido das jazidas em Carajás, o porto detém uma capacidade impressionante, em razão de sua considerável profundidade. Segundo Gistelinck afirma:

O terminal portuário da Ponta da Madeira, situado a 1,5 km ao Norte do porto do Itaqui, possui um cais com o acostamento localizado em águas profundas de no mínimo 23m, podendo receber normalmente navios de até 280.000 dwt e, sob consulta prévia, navios acima de 350.000 dwt (GISTELINCK, 1988, p. 77).

O terminal marítimo do porto da Ponta da Madeira fica localizado em São Luís do Maranhão, próximo ao porto do Itaqui. O local foi escolhido no lugar do porto de Belém (geograficamente muito mais próximo ao Complexo Carajás) em decorrência da profundidade natural da baía de São Marcos. O terminal faz parte do sistema integrado mina-ferrovia-porto e é responsável pelo último estágio da carga extraída das minas em Carajás, além de grãos produzidos no Sul do Maranhão:

O terminal marítimo Ponta da Madeira (TPPM), localizado em São Luís, estado do Maranhão, Nordeste do Brasil, faz parte do Sistema Norte da VALE, que compreende um sistema integrado mina-ferrovia-porto, composto pelas minas a céu aberto de Carajás (PA), por uma usina de beneficiamento de minério de ferro e pela estrada de ferro Carajás (CUTRIM *et al.*, 2014, p. 28).

O terminal de Ponta da Madeira foi o último empreendimento a ser concluído, sendo finalizado no ano de 1986, fato que encerrou temporariamente as obras de infraestrutura para a efetivação do Programa Carajás. Um terminal marítimo especializado em embarque de minério de ferro, já atingiu recordes em embarques diários com exportações de milhões de toneladas de minério.

O Terminal Portuário de Ponta da Madeira (TPPM), pertencente à Vale S.A., é um dos maiores terminais especializados no embarque de minério de ferro do mundo. Atualmente sua média anual de movimentação é de 112 milhões de toneladas. O terminal realizou o maior embarque mensal da história com 11,4 milhões de toneladas e o recorde diário de embarque, com 626 mil toneladas (esse último já foi superado em fevereiro de 2015, com 642 mil toneladas) (GENENA *et al.*, 2017, p. 83).

Como aponta Gistelinck (1988), o terminal de Ponta da Madeira foi dimensionado para exportar, para além do minério de ferro, outros materiais advindos do estado do Pará e outros produzidos no Maranhão, como por exemplo, coque metalúrgico, ferro-gusa, sínter, manganês, ferroligas, cereais, madeira e carga em geral. Da mesma maneira que os outros empreendimentos, o terminal marítimo tornou-se uma estrutura muito importante para o funcionamento Programa Carajás. Sua localização favorável, sua profundidade natural e sua estrutura portuária são fatores que transformaram o Porto de Ponta da Madeira em um dos terminais marítimos mais relevantes para o Brasil.

2.3 A imprensa estadual do Maranhão e a promessa modernizadora

O Maranhão, tais quais outros estados brasileiros, vivenciou determinadas mudanças no modelo econômico com o passar dos anos. A fim analisar os diferentes métodos utilizados para estruturar a economia maranhense nas décadas de 1970-1980, é necessário retornarmos a algumas décadas para compreendermos as atividades econômicas, sejam estas voltadas para o setor industrial ou não.

Inicialmente, para além da agricultura familiar vigente nos interiores, a indústria têxtil obtinha uma posição favorável e era uma das principais atividades responsáveis pela movimentação econômica no estado. Contudo, por mais que não houvesse um distrito industrial

bem estruturado como é possível observar atualmente, as fábricas que atuavam no estado maranhense, especificamente na capital e até mesmo em alguns interiores, encontravam um espaço favorável, sobretudo, pelo cultivo de algodão. É possível observar que, a partir do avanço tecnológico e do desenvolvimento industrial em outras regiões brasileiras, a indústria têxtil entra em processo de decadência durante as décadas 1940 e 1950. Dessa maneira,

O cenário econômico das décadas de 40 e 50, do século XX, registra a decadência da indústria têxtil e conseqüentemente o fechamento das fábricas no Maranhão, inicialmente em Caxias e Codó. Em seguida houve o fechamento das fábricas de São Luís. Além de outros aspectos, a derrocada do parque têxtil maranhense pode ser explicada pela incipiência econômica e tecnológica da indústria local; pelas incoerências cambiais e financeiras do país; pelo desenvolvimento industrial de outras regiões como Sudeste e Sul, com as quais o Estado não podia competir (BOTELHO, 2007, p. 186).

A partir da decadência da indústria têxtil, determinados setores ganham espaço para a realização de outras atividades. O crescimento do *hinterland*¹³ foi a grande novidade da época para o Maranhão, principalmente, por conta do extrativismo do coco babaçu, da produção de arroz e do cultivo do algodão. Nesse sentido, estas atividades cresciam gradativamente e possuíam assim regiões específicas para seu desenvolvimento. Posteriormente, a indústria de produtos químicos e alimentícios que predominava até a década de 1960 subseqüentemente passou a atuar em conjunto com as atividades tradicionais e extrativistas. Contudo, o negócio entrou em decadência no final dos anos de 1970:

A indústria no Maranhão historicamente caracterizou-se pela concentração em poucos ramos estreitamente vinculados às atividades agrícolas e de extrativismo vegetal. Foi assim no período da agroindústria açucareira em fins do século passado, e depois com as indústrias têxtil e alimentícia predominantes até finais da década de sessenta. Do mesmo modo na década de setenta com os gêneros da química (gorduras, ceras vegetais e, principalmente, o extrativo do babaçu), madeireira e de produtos alimentícios (basicamente o beneficiamento do arroz). (PESSOA; MARTINS, 1996, p. 6-7).

Durante todo o processo voltado para o setor econômico a nível nacional, o plano de desenvolvimento direcionado para as regiões Norte e Nordeste estava ganhando espaço. Cabe aqui ressaltar que, durante fase pré-Carajás, prevaleciam as pequenas empresas intensivas de mão-de-obra, de baixa produtividade e voltadas para bens de consumo popular (bebidas e alimentos). Todavia, estes fatores dificultavam o crescimento econômico do Maranhão.

No ano de 1980, durante o governo do general João Figueiredo, o início da construção do Programa Carajás deu um salto no modelo econômico exercido no Maranhão. Segundo a análise do autor Mesquita, o mesmo afirma que:

¹³ Hinterland é um termo inglês utilizado pelo autor Joan Botelho para referenciar o crescimento de atividades no interior maranhense. Consultar Joan Botelho (2007).

A década de 1980 representa uma guinada importante para a economia do Maranhão, porque abandona um padrão de desenvolvimento anterior baseado nas atividades primárias, numa agropecuária arcaica, pré-capitalista e empreendimentos comerciais e industriais com baixíssima produtividade, por outro padrão, baseado em grandes empresas capitalistas incentivadas pelo PGC (MESQUITA, 2011, p.6)

Mediante todas as mudanças no âmbito da economia, o conjunto de transformações na indústria maranhense, provocado pela inserção dos projetos direcionados para a extração e exportação do minério, foram fatores essenciais para o novo padrão industrial a ser executado no Estado. Assim as atividades metalúrgicas e do agronegócio de soja, foram fundamentais para a nova dinâmica do crescimento estrutural e seletivo. Para Federação das Indústrias do Estado do Maranhão:

A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de [...] dinamismo e modernização: o agronegócio [...], com destaque para a moderna produção da região sul [maranhense], onde se expande a soja [...] e a pecuária; e o complexo minero-metalúrgico, concentrado [...] [no] oeste e norte [...] do estado [...] [em torno do alumínio e do minério de ferro] (FIEMA, 2009, p.26).

Todo o processo de descentralização industrial evidencia a influência da CVRD e a atuação do PGC no Brasil. Nesse sentido, o estado maranhense adquiriu uma notória importância para o contexto internacional, possuindo duas grandiosas infraestruturas do programa. É válido ressaltar que, mesmo com o novo modelo de industrialização voltado para o Maranhão, a implantação da indústria primária localizada agora nas regiões Norte e Nordeste possui um caráter mais poluente e requer um número menor de técnicos especializados, o que abre espaço para um grande contingente de funcionários mal remunerados¹⁴ e com péssimas condições de trabalho (GISTELINCK, 1988).

Mediante as condições apresentadas no contexto econômico e social do estado, a implantação do Programa Grande Carajás foi marcada por diversas disputas entre as frações hegemônicas. O corpo político e a cúpula empresarial eram os grupos que possuíam maior interesse, por questões óbvias, na efetivação do projeto e utilizaram a imprensa para viabilizar o discurso modernizador com relação aos benefícios trazidos para o estado.

Cabe ressaltar a importância dos jornais neste contexto, seguindo a reflexão do filósofo Antônio Gramsci sobre a teoria do Estado Ampliado. Nesse sentido, o Estado Ampliado consiste na junção entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, na ampliação de lutas de classes (CUNHA, 2014). A sociedade civil possui os chamados “aparelhos privados de

¹⁴ Neste mesmo contexto, o autor José Heder Benatti (1997) também explora a temática ao evidenciar as relações de trabalho estabelecidas a partir do Programa Ferro Carajás, que afetou não somente as condições trabalhistas oferecidas pela CVDR e terceirizadas, como também os impactos sociais na vida dos que vendiam sua força de trabalho para empreiteiras. Consultar textos “*Carajás: desenvolvimento ou destruição*”.

hegemonia”, aplicando sua força via consenso; deste mesmo modo, a sociedade política detém sua força a partir do controle do “aparelho de coerção estatal”. No que se refere à sociedade civil e política, Gramsci afirma:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 2006, p. 20-21).

A hegemonia, neste âmbito, trata-se da combinação de direção moral, política, cultural e intelectual com dominação. Preparada por uma classe que lidera a constituição do bloco social e político, além da estrutura econômica, dominante no Estado, a classe hegemônica articula acordos a diferentes grupos sociais.

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se (MORAES, 2010, p. 55).

A hegemonia se faz com a ligação de coerção e consenso, ou seja, a direção dos meios culturais junto com a dominação. Assim, a hegemonia se constrói a partir da sociedade civil e suas diversas instituições; já o Estado atua enquanto instrumento de dominação.

Dentro do Estado Ampliado, mediante as disputas pelo bloco histórico, a sociedade civil se utiliza de instituições privadas de modo a manter-se na posição de dominação. Com isso, dentro da reflexão gramsciana, a presença dos intelectuais e como estes se organizam entre as esferas, seja na base econômica (estrutura) ou na esfera estatal entre sociedade civil e sociedade política (superestrutura), para o exercício da hegemonia, é essencial no entendimento da organização política, econômica e social.

Para Gramsci:

funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2006, p. 21).

Entre os constantes embates pelo domínio do bloco histórico, a sociedade civil, como forma de manutenção de poder com a universalização de um projeto de classe ou de uma fração de classe, utiliza os aparelhos privados de hegemonia com intuito de gerar convencimento político e ideológico. Na disputa hegemônica, Gramsci destaca três organizações culturais, sendo estas, igreja, escola e a imprensa.

A imprensa foco deste trabalho, enquanto meio de comunicação, assume um importante papel como instrumento da sociedade civil, visto que exerce notória força na disputa de ideias, direção moral, intelectual e, principalmente, no direcionamento de disputas concretas presentes na sociedade. Assim, na construção de opinião pública, faz-se necessária a ação entre estado e sociedade civil para a nacionalização de um projeto político, de modo a criar um ambiente de opinião favorável e aceitável em meio à sociedade. Para esta ação, os meios de comunicação são indispensáveis.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Na formação de uma opinião pública favorável, as classes dirigentes atuantes na implantação do Programa Grande Carajás utilizaram os jornais como principal fonte. O jornal aqui analisado trata-se do *O Imparcial*, periódico de grande circulação no Maranhão, fundado no ano de 1926 tornando-se posteriormente um órgão pertencente ao grande conglomerado de comunicação dos Diários Associados, ligado a Assis Chateaubriand.

O Imparcial mostrou-se um periódico do grande capital, aliado às forças dominantes de caráter golpista. A exemplo disto, Cunha afirma:

A partir da análise de seus gestores no período do golpe de 1964, *O Imparcial*, como fica claro, apresentou-se como um jornal a serviço das classes dominantes no Maranhão, e que estavam predispostas a elaborar estratégias de argumentação e persuasão em consonância ao quadro político daquele momento (CUNHA, 2014, p. 3).

Durante o regime militar, a imprensa foi utilizada como fonte de dominação e controle da classe hegemônica. A universalização dos projetos políticos de frações dirigentes assumia espaço no cenário nacional via o consenso, ou seja, o convencimento de determinada ideia. No Maranhão não foi diferente. Num estado marcado pelas forças oligárquicas, pobreza e as péssimas condições de vida, a viabilização de um discurso modernizador, alçado pela bandeira desenvolvimentista, foi fundamental para construção de um imaginário social positivo em torno

do PGC e das construções da base do projeto. Segue abaixo uma tabela contendo as principais matérias de cunho desenvolvimentista voltados para a população:

Tabela 3 – Jornal *O Imparcial*

DATA	TÍTULO DA NOTÍCIA	EDITORIAL	PÁGINA
24.10.1982	Mendonça define Carajás e exalta suas vantagens.	Política	05
25.10.1982	Maranhense vai conhecer todo Programa Carajás.	Política	09
03.07.1983	Carajás realiza o sonho maranhense.	Política	07
03.07.1983	Ferrovia: caminho do progresso	Política	03
03.07.1983	Projeto Carajás gera oportunidades para todos.	Política	04
02.11.1983	Ferrovia de Carajás será inaugurada por Figueiredo.	Política	05
04.11.1983	O primeiro apito do trem em Carajás.	Economia	15
05.11.1983	O projeto Ferro Carajás não é mais um sonho, o início da operação da estrada é um marco histórico para o desenvolvimento da região.	Política	02
10.11.1983	Empresários louvam Ferrovia Carajás.	Economia	03

Fonte: *O Imparcial* (1980-1986). Acervo Biblioteca Benedito Leite.

Acima foram destacadas as matérias de maior teor modernizante ligado ao Programa Carajás. Entre os anos de 1982 e 1985, o jornal *O Imparcial* passou a publicar diversas informações sobre as construções direcionadas ao estado, além de expor parte da opinião sobre o projeto e quem de fato seria beneficiado. Dessa forma, no dia 23 de outubro de 1982, o

periódico iniciou a série “Documentos Maranhenses” com objetivo de publicar, no caderno especial de domingo, relatórios sobre o Projeto Carajás.

Iniciando a série “Documentos Maranhenses”, O IMPARCIAL estará publicando amanhã, domingo, um Caderno Especial sobre o Projeto Grande Carajás. O que já foi feito, o que está se fazendo e o que falta ser feito são temas abordados pela editoria especial de estudos superiores no Maranhão, de O IMPARCIAL (MENDONÇA, 1982, p. 5).

A iniciativa do jornal em acompanhar e publicar a trajetória do Programa Carajás foi uma forma de trabalhar o desenvolvimento trazido para o estado. O discurso apresentado pela grande imprensa sempre inseria a participação popular neste processo de modernização do estado. Assim, no dia 25 de outubro de 1982, a matéria com o título “Maranhense vai conhecer todo Projeto Carajás” foi publicada no jornal *O Imparcial*, porém, o conteúdo presente na matéria expressava que apenas uma pequena fração população faria parte deste processo.

[...] Durante sua palestra, dirigida para empresários, profissionais de engenharia e estudantes, o eng. Francisco Batista, falou ainda dos projetos que já estão sendo implantados no Estado tais como: alumínio entre outros e detalhou todas as suas potencialidades traçando os objetivos que segundo ele, possibilitará aos maranhenses conhecer o que já vem sendo realizado em termos de Carajás, principalmente no Maranhão. (MARANHENSE, 1982, p. 9).

Apesar da iniciativa de publicar os relatórios sobre o que seria feito durante a implantação do projeto, este fato não ocorreu. A população não tinha acesso aos relatórios sobre PGC, pois estes ficavam sobre direção do governo federal, CVRD e de grandes empresários (GISTELINCK, 1988). Por mais que edição especial sobre os “Documentos Maranhenses”, presente no jornal *O Imparcial*, tivesse o intuito de falar sobre o projeto, este se dedicou apenas às questões sobre a visão de empresários em relação aos novos empreendimentos e, posteriormente, sobre a inauguração das infraestruturas no estado.

De fato, o jornal foi um grande instrumento de criação de consenso em torno do projeto político voltado para as regiões Norte e Nordeste. Criou-se no imaginário social a ideia de um projeto carregado de benefícios voltados para as pequenas classes com a promessa de desenvolvimento e geração de empregos, tornando-se estas, forças essenciais para implementação do PGC no estado.

O Programa Carajás representou um novo modelo para a economia e a indústria maranhense. A inserção do estado no contexto internacional foi fundamental para o desenvolvimento do Maranhão, porém, vale lembrar que, apesar da nova estrutura industrial incorporada pelo PGC, o mesmo assumiu enorme impacto tanto na vida urbana da capital São Luís, quanto no interior do estado.

A atividade mineradora da Vale, junto a seus corredores logísticos, ocupa os territórios de comunidades camponesas e de populações tradicionais [...] A EFC afeta as formas de viver de quilombolas, ribeirinhos, indígenas e outras populações (COELHO, 2017, p. 19).

O jornal *O Imparcial* abriu espaço para um lado do que seria o PGC, beneficiando o discurso das classes dominantes. Impactos sociais e ambientais não faziam parte deste cenário construído a partir da efetivação do projeto. Nesse sentido, discussões como essas só foram expostas por veículos de informações alternativos, que apresentaram um contra-discurso em relação à positividade em torno do empreendimento do governo federal, alertando sobre os impactos ambientais no estado.

A reflexão apresentada neste capítulo buscou mostrar a construção dos grandes empreendimentos do PGC, expondo informações técnicas sobre as infraestruturas do programa. O contexto econômico maranhense foi abordado de forma a evidenciar as transformações na esfera político-social do estado, construindo assim uma reflexão sobre o papel da imprensa neste processo. Ambos os assuntos desenvolvidos foram apresentados como forma de construção do debate em torno dos impactos sociais e ambientais que serão discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO PROJETO GRANDE CARAJÁS NO MARANHÃO

O Maranhão, durante a década de 1980, foi permeado por uma série de questões que acentuaram os problemas sociais do estado. Após a reestruturação do modelo econômico, com início da chamada “Era dos Grandes Projetos”, a indústria primária introduziu um novo método de organização na sociedade maranhense. O crescimento econômico estadual é um fator inegável, apontado pelos percentuais numéricos em um comparativo em nível regional e nacional. Porém, as consequências são notórias em relação à questão da desigualdade social exorbitante que vai de encontro ao discurso desenvolvimentista veiculado pelo governo. Durante a construção da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão, foram gerados diversos impactos ambientais, além dos conflitos de terras, visto que grande parte da linha férrea corta reservas indígenas e áreas quilombolas. Além disso, a grande proposta do projeto foi a geração de emprego, motivo este que levou muitos indivíduos a migrarem para a capital do Maranhão em busca de melhorias financeiras. Pensar nessas consequências, com o advento dos grandes projetos, configura-se como um fator extremamente essencial para se refletir sobre a propagação da modernidade em contraponto à realidade social e econômica no estado do Maranhão.

3.1 O reflexo do “desenvolvimento” estadual nas bases sociais

A “Era dos Grandes Projetos” baseia-se em uma dinâmica recente do padrão de desenvolvimento. No Maranhão, a implantação dos grandes empreendimentos atrela-se à necessidade de completar o processo de industrialização, pois introduz uma importante mudança no modelo de produção exercido no estado, retira o protagonismo das atividades primárias e dá lugar a projetos baseados na produção de *commodities*¹⁵ minerais em larga escala.

Durante o processo de desenvolvimento da indústria no Maranhão, foi apresentada uma lista com 10 projetos voltados para produção de ferroligas, alumina e alumínio. Nesse sentido, projetos como ALUMAR e a Usina Siderúrgica do Maranhão (USIMAR) se configuraram

¹⁵ É um termo que vem do inglês e significa mercadoria. As *commodities* são matérias-primas produzidas em grande escala, porém com pequeno grau de industrialização, podendo ser armazenadas por um período de tempo sem perder a qualidade.

enquanto empreendimentos de grande importância no contexto mundial, entretanto, gerando significativos impactos ambientais no estado (GISTELINCK, 1988).

Estes empreendimentos, juntamente com o Programa Grande Carajás, foram projetos inseridos no cenário maranhense com intuito de melhorar o índice econômico do estado, assim como da região Nordeste e, conseqüentemente do país, e minimizar assim dívida externa. Contudo, de ordem centralizada nas relações com o capital multinacional, a modernização planejada para o Maranhão desvinculava-se de questões locais.

A ideia de modernização traz consigo a esperança de condições melhores para a sociedade. No estado do Maranhão, durante o processo de implantação do PGC, a população seguia embalada pelo desenvolvimento iminente da região, que acarretaria em melhores condições na promoção de oportunidades de emprego a partir da formação de um distrito industrial bem estruturado. Durante o processo de industrialização pesada, o Maranhão passou a ser referenciado enquanto “o novo São Paulo”:

Em menos de uma geração, a sociedade rural maranhense deverá se transformar numa sociedade industrial. Maranhão tornar-se-á um novo São Paulo, costuma dizer o atual governador. Antigamente os governadores prometeram um “Maranhão Novo” ou um “Grande Maranhão para Todos”. Agora o sonho é um novo São Paulo, muitas indústrias, muitos empregos, uma grande cidade moderna, com grandes avenidas [...]. (GISTELINCK, 1988, p. 135).

O desenvolvimento estadual no setor industrial transcendia as paredes governamentais e empresariais. O projeto de integração do Maranhão na economia nacional construiu inúmeras expectativas na melhoria da qualidade de vida no estado, baseada em setores básicos como saúde, moradia, educação e segurança. Porém, o trajeto percorrido apresentou-se de forma contrária, visto que é possível observar conseqüências drásticas na população rural que se localizava nas proximidades do corredor ferroviário, assim como da própria capital, devido ao inchaço populacional após o êxodo no campo. É válido explicitar que a migração da população do campo para cidade não aconteceu pura e simplesmente devido à implantação do Programa Grande Carajás na região.

Especificamente em relação ao Maranhão, o fenômeno do êxodo do campo foi acentuado pelo governo estadual a partir da década de 1970. Durante o governo de José Sarney, do Partido Social Democrata (PSD), foi aprovada a Lei nº 2.979 como forma de explorar e “desenvolver” a região oeste do estado. Dessa forma, a aprovação desta legislação foi responsável pela expulsão da população camponesa, além da regulamentação do latifúndio no estado.

[...] com apoio da chamada “Lei Sarney de Terras” (Lei n.º 2.979, de 17 de junho de 1969) que, contrariando as pretensões da SUDENE de tornar parte

da região úmida do estado em área de povoamento para flagelados da seca do Nordeste, anunciou um ambicioso projeto para explorar e desenvolver a região oeste do estado e instituiu o mercado formal de terras que favoreceu o processo de grilagem pelos médios e grandes empreendimentos agropecuários com a expulsão de grande massa de agricultores que trabalhavam nas terras devolutas do estado (LOPES, 2009, p. 6).

A Lei de Terras Sarney tinha, nesse sentido, o objetivo de abrir a economia maranhense para as relações com o capital estrangeiro, priorizando assim a ação estatal e favorecendo a burguesia empresarial do Brasil. A partir deste fator, a concentração de terras se constituiu de forma mais recorrente e conseqüentemente a violência no campo foi acentuada, o que acabou por destruir o modo de vida dos pequenos produtores da região.

Para o autor Victor Asselin (2009), a Lei de Terras de 1969 abriu a economia do estado para o capital multinacional (marcado por grande corrupção) e fortaleceu as relações capitalistas no campo maranhense. Contudo, neste mesmo percurso, a intensa grilagem fortaleceu ainda mais o latifúndio, reestruturando o perfil agrário no Maranhão:

Era “Maranhão Novo” o “Maranhão Carajás” que já esboçava. Foi o tempo de criação da infra-estrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortam o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e Tocantins (ASSELIN, 2009, p. 152).

A Lei de Terras Sarney foi a construção de uma base para a transformação o novo modelo econômico de produção o estado. Quando o autor Victor Asselin compara o “Maranhão Novo” ao “Novo Carajás”, refere-se ao modelo de desenvolvimento marcado pela expropriação de terras e pela violência contra população rural quer seja de forma direta, quer seja indireta, presente no Maranhão de Sarney e na “Era dos Grandes Projetos”.

Dentro do contexto de construção dos grandes empreendimentos, faz-se necessário pontuar o crescimento econômico promovido com a implantação da Estrada de Ferro Carajás. A estrada de ferro, antes mesmo de ser finalizada, já fazia percursos curtos transportando alguns grãos da região sul do estado; após sua finalização, não somente a EFC, como o Porto de Ponta da Madeira passaram a deslocar e exportar grandes quantidades de minerais, fato que contribuiu para o aumento no PIB estadual.

Outra razão para este aumento foi a implantação de diversas guseiras no corredor ferroviário, o que elevou significativamente a produção do Maranhão. É possível observar, na tabela a seguir, o crescimento do estado em comparação à região Nordeste e até mesmo ao Brasil.

ESTADOS, REGIÃO E PAÍS	1970-80(a.a)	1980-90(a.a)	1970-90(a.a)
MARANHÃO	9,29	8,43	8,88
PIAUI	9,37	7,10	8,23
CEARÁ	10,84	4,81	7,78
RIO G. DO NORTE	10,30	7,34	8,81
PARAÍBA	6,45	5,60	6,02
PERNAMBUCO	8,75	3,22	5,87
ALAGOAS	9,06	5,16	7,09
SERGIPE	10,21	4,37	7,25
BAHIA	8,75	3,89	6,29
NORDESTE	8,73	3,30	5,98
BRASIL	8,63	1,57	5,01

Tabela 4 – Crescimento real do PIB (%) – 1970-90

Fonte: Elaboração do Instituto de Desenvolvimento Municipal do Estado da Paraíba – IDEMA apud Rômulo S. Polari, 1990 (s.d.). Dados Básicos: SUDENE e IBGE.

A partir dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE – e pela Superintendência Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, é possível perceber o crescimento visível do Maranhão em comparação aos demais. No entanto, o relativo desempenho do crescimento econômico pode ser analisado pelos setores produtivos do estado.

Nos três principais setores produtivos (agropecuário, industrial e de serviços), o Maranhão atingiu bons resultados entre anos de 1970 e 1987 na indústria e na prestação de serviços. Em contrapartida, os resultados chegam a apresentar números negativos. O Maranhão assumiu uma posição de liderança no setor agrícola entre 1970-80 atingindo 7,6% do PIB real, porém, entre 1980 e 1987, a agricultura apresentou um índice bastante irregular com um saldo negativo de -3,5%. Assim, essa disparidade entre as décadas pode ser explicada pelo próprio fluxo migratório para a capital do Maranhão e o crescente aumento em setores não agrícolas:

Em decorrência desse processo, grande parte do problema do subemprego, até então “oculto” na Economia agrícola, sob a forma de atividades de subsistência, caracterizadas por baixos níveis de produtividade e renda, tende cada vez mais a se explicitar como uma problemática urbana, uma vez que o ritmo de crescimento dos setores não-agrícolas tem-se mostrado insuficiente à incorporação produtiva do crescente contingente de trabalhadores que busca inserção no mercado de trabalho urbano. Ademais, com o crescente e

desordenado processo de urbanização, tende a se agravar a carência de infraestrutura básica, uma vez que, se, por um lado, há um aumento na demanda pelos bens de consumo coletivo, por outro, a capacidade financeira do Estado tende a mostrar-se insuficiente para o fornecimento desses bens em qualidade e volume adequados (PESSOA; MARTINS, 1996, p. 4).

A própria lógica de incentivos, por parte do Governo Federal para a formação de grandes empreendimentos em fazendas, assim como a concentração de terras improdutivas, além do fluxo migratório para capital do estado de parte da população do campo em busca de melhores condições de vida, pode ser apontado enquanto fator que em parte explica a irregularidade na estrutura agrícola maranhense.

O desenvolvimento seletivo presente no Maranhão favoreceu apenas as frações políticas hegemônicas e o empresariado nacional e internacional. Nesse sentido, é necessário problematizar frente aos resultados concretos em termos do desenvolvimento estadual, levando em consideração o crescimento industrial e sua produtividade em comparação aos indicadores sociais, visto que desenvolvimento econômico não implica necessariamente no desenvolvimento social.

Na tabela a seguir, são apresentados os índices referentes à qualidade de vida da população maranhense entre 1970 e 1988, recorte temporal da “Era dos Grandes Projetos”.

Tabela 5 – Indicadores socioeconômicos básicos 1970-1988

INDICADORES	MARANHÃO			NORDESTE			BRASIL		
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988
Mortalidade Infantil (0 - 1 ano/mil)	131,6	—	81,8	151,2	—	93,0	116,9	—	63,0
Esperança de vida ao nascer (anos)	49,1	55,4	60,7	44,4	51,6	58,8	52,7	60,1	64,9
Taxa de alfabetização (%)	39,7	50,3	57,2	45,3	54,6	63,5	66,0	74,6	81,1
Domicílios urbanos com abastecimento de água (%)	15,7	31,4	35,1	21,9	44,7	60,5	45,8	66,1	80,7
Domicílios urbanos com energia elétrica (%)	24,5	59,4	88,5	52,5	75,7	92,9	75,6	88,2	96,9

PIB <i>per capita</i> (m US\$) (1)	321	570	564	488	928	918	1253	2266	2241
Pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> acima da linha de pobreza (em %) (2)	32,2	49,4	44,4	29,8	58,1	48,8	54,5	80,1	73,8
Partic. na renda (%) 50%									
Mais pobres	20,9	16,5	14,4	34,8	41,6	48,1	13,3	12,6	11,7
Mais ricos	48,9	52,1	54,7	10,5	10,4	11,1	51,7	50,0	50,5

Fonte: Dados Básicos: Censos Demográficos: 1970/1980 e PNADS de 1988. Organizados por Albuquerque & Vilela (1993), apud Albuquerque, R.C. de. (coord.). "O Brasil Social: realidades, desafios, e opções", IPEA, Rio de Janeiro, 1993, p. 62-74, 296 e 418. Consultar ainda o apêndice metodológico. p. 55-60.

Analisando os dados apresentados na tabela acima, é possível perceber um aumento nos índices básicos da condição de vida da população maranhense. Todavia, este avanço ainda é considerado baixo se comparado aos níveis de outros estados da região Nordeste ou do Brasil. Por mais que os indicadores socioeconômicos do Brasil e do Nordeste não sejam exatamente considerados uma referência para um bom desenvolvimento social, o Maranhão, neste contexto, ainda atinge números menores, evidenciando assim a calamidade na condição social no estado.

Elementos básicos, mas essenciais, são disponibilizados na tabela de modo a compreender a disparidade entre o desenvolvimento econômico em paralelo ao desenvolvimento social. Exemplo disto é o nível de alfabetização da população, no qual se apresenta um percentual de apenas 57,2% *versus* 81,1% do Brasil e 63,5% do Nordeste. O baixo índice de escolaridade da população pode ser problematizado a partir da própria falta de escolas, como afirma o autor Gistelinck:

Quanto à educação, o problema também se agrava [...] As secretarias de educação estadual e municipais não conseguem acompanhar o fluxo migratório. A falta de escolas cresce assustadoramente nas cidades, como, por exemplo, na cidade de Açailândia onde mais de 40% das crianças estão fora das escolas. Em toda área da ferrovia estima-se que mais de 50% da nova geração ficarão praticamente analfabetos (GISTELINCK, 1988, p. 148).

Além da ausência de escolas para acompanhar a necessidade da população, outro fato a ser levantado é o nível do ensino que era muito baixo tanto em escolas públicas, quanto em instituições de ensino privadas. Diante desta realidade, na falta de qualidade do ensino, o não acesso a escolas e a falta de oportunidades desfavorecem a população maranhense no processo de industrialização do estado, uma vez que, sem a devida profissionalização o que resta para a classe trabalhadora são empregos com salários extremamente baixos e com péssimas condições de serviços.

Outro indicativo exibido na tabela é o nível de mortalidade infantil no Maranhão, medido a partir de uma porcentagem de 81, 8% por 1 mil nascidos (no Brasil, esta taxa é de 63,0%). A mortalidade infantil pode ser diretamente atrelada a uma série de questões presentes no estado. A falta de água potável em inúmeros municípios do Maranhão e a ausência de estrutura em diversos bairros da capital podem ser apontadas como alguns destes fatores. Nesta mesma lógica, a carência de uma alimentação digna, que conseqüentemente causa desnutrição, também é um aspecto a ser considerado.

Durante processo de industrialização, a saúde no Maranhão nos anos de 1970 e 80 mostrou-se extremamente precária, tanto por conta da presença de doenças venéreas e infectocontagiosas, quanto pela falta de higiene no estado como um todo (coleta de lixo e saneamento básico) e pela própria ausência de setores públicos de saúde:

A nível de saúde, a industrialização traz enormes problemas. Milhares de homens maranhenses foram para as obras de Tucuruí e da ferrovia ou para o garimpo. Muitos voltaram de com malária e com doenças venéreas, transmitindo-as para as suas famílias. Observou-se, por exemplo, na região de Santa Luzia, onde praticamente em cada família uma pessoa saiu para trabalhar fora, um aumento considerável de câncer ginecológico. Nas periferias das cidades, aumentam os riscos de epidemias por total falta de saneamento básico e de higiene. Os serviços públicos de saúde e de saneamento básico são provavelmente os serviços públicos mais debilitados e mais defasados em relação à migração e ao crescimento populacional, com exceção da SUCAM. (GISTELINCK, 1988, p. 149).

A implantação do Programa Grande Carajás forçou o deslocamento da população do campo para cidade, acelerando o processo de urbanização da capital São Luís. Muito desta problemática relaciona-se ao fluxo migratório discutido anteriormente, pois o deslocamento da população rural para a cidade gerou uma série de conseqüências na estrutura urbana, como a modificação do perfil demográfico do estado:

Inúmeros fatores respondem pelo aumento de crescimento dessa população urbana e pela mudança do perfil demográfico do Maranhão. Os principais fatores são: aumento da migração campo-cidade, devido à concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente voltadas para a agricultura familiar; a ausência de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás na década de 1980; a ausência políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básica – saúde, educação – para a área rural (MESQUITA, 2011, p. 4).

Este processo migratório fragilizou a população de modo geral, pois as demandas na zona urbana aumentaram drasticamente, e a falta de serviços públicos de qualidade (saúde, educação e moradia) acentuaram ainda mais os problemas já existentes no Maranhão:

O aumento da população urbana em São Luís caracteriza um pilar fundamental para o entendimento das mudanças no cenário social ocorridas nesta cidade durante a década de 1980, uma vez que instigou a necessidade de

habitação, de serviços urbanos, de meios de subsistência de novas formas de relações sociais. (PEREIRA, 2012, p. 132).

Mediante os dados referentes ao perfil socioeconômico do estado, é possível perceber números ainda muito problemáticos em relação ao crescimento econômico atingido no Maranhão durante a “Era dos Grandes Projetos”. A falta de investimento público em instituições de serviços básicos para o Maranhão constituiu uma sociedade extremamente precária. A escassez de estrutura urbana e descaso com as políticas sociais caracterizaram um cenário caótico e favoreceram apenas as classes hegemônicas. O próprio abandono da população rural evidencia como o desenvolvimento se configurou no Maranhão através dos grandes empreendimentos.

No que toca à questão social, percebe-se que as altas taxas de crescimento da economia maranhense dos anos recentes e as promessas de desenvolvimento baseado na introdução do grande capital no campo e na industrialização – que estar por vir – constantemente apregoada pela classe dominante e pelo governo de plantão ao longo dos últimos 40 anos, não tem dado cabo e muito menos de estabilizar a “miséria” que campeia essa população sem qualificação e excluída deste crescimento econômico. Ao contrário, o modelo econômico vigente tem sido padrao da maioria da população, especialmente a rural, e dentro desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agroextrativistas, quilombos, indígenas, pescadores artesanais, etc. (MESQUITA, 2011, p. 5).

A qualidade de vida se expressa pela moradia, educação, saúde, trabalho, pelos valores morais, culturais e pelo meio ambiente (GISTELINCK, 1988). Conforme a discussão proposta, é possível perceber a divergência no plano desenvolvimentista regido pelo Regime Militar e aplicado no estado do Maranhão a partir da implantação do Programa Grande Carajás. Dessa forma, a lógica da modernização para o estado desatrela-se destes fatores e constitui um cenário marcado pela falta de empregos bem remunerados, pela pobreza, ausência do sistema educacional e falta de sistema de saúde de qualidade.

3.2 Os impactos ambientais no Maranhão e a articulação de um contra-discurso

O Estado autoritário, após o golpe de 1964, articulou-se a partir da promoção do plano desenvolvimentista voltado para nação e, sobretudo, para a acumulação capitalista, a industrialização e a modernização de aparelhos econômico-financeiros. Grande parte do plano desenvolvimentista era voltada para região amazônica, especialmente, com relação à integração e a ocupação da chamada Amazônia Legal. Nesse sentido, mediante este processo, grande parte da fração política do país alicerçou-se em diferentes segmentos da elite empresarial, tanto nacional, quanto estrangeira (MATIAS-PEREIRA, 1997).

As tomadas de decisões, por parte das frações hegemônicas do Brasil, evidenciam a forças que estiveram frente ao processo de industrialização da Amazônia e na direção da implementação das políticas voltadas para esta região.

Nas questões que dizem respeito ao processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia (notadamente no período autoritário implantado no país após 1964), as decisões, no âmbito da esfera do Estado, propiciaram o surgimento de políticas públicas definidas com base em critérios e normas desconhecidas pela maioria da sociedade, direcionadas para atender interesses imediatos e modificadas ao sabor das convivências dos grupos influentes por elas beneficiados (MATIAS-PEREIRA, 1997, p. 79).

A própria ação do Estado durante os anos de 1970 voltou-se a incentivos fiscais para Amazônia como forma de facilitar e acelerar os projetos agropecuários e agroindustriais, todavia, estes mesmos projetos foram responsáveis por grande parte da devastação da Floresta Amazônica. É válido salientar que os impactos ambientais começaram antes mesmo da década de 70, visto que a construção da Rodovia Transamazônica foi um forte componente no processo de desmatamento da Amazônia Legal.

Nesses últimos vinte anos, desde a construção das rodovias que atravessam o Maranhão e o Pará, a floresta amazônica oriental está passando por um rápido processo de desmatamento, provocado, em pequena escala, pela agricultura itinerante dos lavradores e, sobretudo, pelos grandes projetos agroindustriais (GISTELINCK, 1988, p. 158).

A aprovação do Projeto Ferro Carajás, seguido da sua construção durante a década de 1980, foi apenas um fator que evidenciou ainda mais os problemas ambientais voltados para Amazônia Oriental, especificamente por conta da construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a crescente atuação de outros projetos estimulados pelo PGC. Estes fatores contribuíram não somente para os impactos ambientais, como também para os problemas sociais, ressaltando assim a desigualdade entre o corpo político e empresarial frente ao projeto e a população local que se tornou marginalizada mediante a industrialização.

Esta lógica da exclusão existe por estar ligada ao mercado internacional, pois o objetivo principal destes corredores logísticos é atender a demanda internacional. Uma vez que a população local das regiões extrativistas não é o mercado consumidor, o bem estar destas populações não é objetivo dos corredores logísticos primário-exportadores (COELHO, 2017, p. 10).

Com base nos fatores expostos, pode-se observar que o processo de aceleração do desflorestamento da região amazônica nas décadas mais recentes foi ocasionado em virtude das políticas de desenvolvimento da região. Um dos mais notáveis projetos governamentais

voltados para Amazônia foi o Projeto Ferro Carajás que, após a instalação, ocasionou diversos impactos ambientais em virtude da degradação de florestas, da poluição hídrica¹⁶ e aérea¹⁷.

As principais conseqüências ambientais do PSC estão associadas com o desflorestamento e a degradação de florestas tropicais. Adicionalmente, deve-se mencionar a poluição hídrica e aérea causadas nas áreas urbanas pelas atividades industriais induzidas pelo PSC. (REIS, 2001, p. 277).

A região amazônica tem sofrido intensamente com o desmatamento das florestas tropicais, principalmente, nas regiões de influência e atuação do Programa Ferro Carajás. Extensas áreas florestais são devastadas por ano, impulsionados pela ocupação agrícola e pela demanda na produção de carvão vegetal.

De acordo com recentes levantamentos por imagens de satélite, sabe-se que, na região do Programa Grande Carajás, o índice de desmatamento atinge em torno de 800.000 ha por ano, com desperdício de material lenhoso equivalente a mais de vinte vezes a necessidade para atender a demanda de carvão vegetal pelos projetos siderúrgicos planejados na região. (GISTELINCK, 1988, p. 159).

Cabe mencionar que estes impactos ambientais na Amazônia Oriental podem ser caracterizados de forma direta e/ou indireta. Neste caso, o desflorestamento impulsionado por projetos agrícolas e pela produção do carvão vegetal pode ser apontado como diretamente ligados ao projeto de industrialização que o Programa Grande Carajás representou. Os projetos agrícolas, desde o início, foram postos como objetivo de expansão industrial, já a produção do carvão vegetal tornou-se atividade indispensável, pois que representava principal fonte de energia na produção de ferro-gusa (BENATTI, 1997). Diante deste cenário, podem-se citar também as degradantes condições habitacionais e sanitárias causadas, em sua maioria, pelo processo acelerado de urbanização (grande parcela populacional que migrou para as áreas de influência do projeto).

Os processos acelerados de urbanização e industrialização induzidos pelo PSC geraram carências dramáticas nas infra-estruturas sanitária, habitacional e de abastecimento de água, tendo como conseqüências problemas de poluição urbana e de saúde pública (REIS, 2001, p. 277).

A população sofreu com os resultados negativos trazidos pelos grandes empreendimentos, uma vez que a estrutura social passou por mudanças desfavoráveis. Além dos fortes impactos ambientais que atingem a parcela da população que vive do uso da terra, estas pessoas tiveram que lidar com um lote menor devido às disputas territoriais e, conseqüentemente, com a violência no campo.

¹⁶ Grande parte minério de ferro extraído das jazidas de Carajás e transportado acaba caindo no corredor ferroviário afetando o solo, enfraquecendo a flora e até mesmo chegando a atingir os lençóis freáticos.

¹⁷ A poluição aérea pode ser caracterizada pelos resíduos finos do minério de ferro e pela própria fuligem (conseqüência da fumaça produzida por indústrias no corredor ferroviário).

A grande característica desses projetos é a disputa por território, havendo aí uma relação explícita entre a implantação dos grandes projetos na região e a violência no campo, dado a reconcentração fundiária que acontece com a implantação desses empreendimentos (PENHA; NOGUEIRA, 2015, p. 217).

O Programa Grande Carajás foi se constituindo nos estados do Maranhão e Pará em meio às disputas territoriais. Conforme eram implantadas as estruturas de base para o projeto, outros empreendimentos surgiam como forma de acompanhar o desenvolvimento da região da Amazônia Oriental. As siderúrgicas foram aparecendo em torno da Estrada de Ferro Carajás e contavam ao todo com vinte usinas aprovadas pelo Conselho Internacional do PGC. Todavia, o insumo mais importante na composição do ferro-gusa é o carvão vegetal, e este passou a ser produzido de maneira irresponsável para que tais siderúrgicas pudessem se manter.

Os meios pelos quais as siderúrgicas garantem o suprimento de carvão vegetal são: a queima de madeira da floresta nativa ou secundária, aproveitamento dos resíduos, aproveitamento dos resíduos das serrarias e de áreas próprias utilizando-se de projetos “manejo sustentado”. Como muito bem lembra o pesquisador Marcelo Carneiro, a possibilidade de conseguir carvão de reflorestamento como eucalipto, apesar de algumas siderúrgicas possuírem áreas plantadas, sua viabilização econômica só será possível se houver transferência de mais recursos públicos para estas empresas (BENATTI, 1997, p. 8).

Ademais, percebe-se que, no estado do Maranhão, a derrubada de áreas florestais prejudicou fortemente a fauna da região, ocasionando desequilíbrio ambiental, como infestação de pragas, quebra em cadeias alimentares, além de surtos de doenças (REIS, 2001). Diante disso, a poluição produzida pelo Programa Carajás pode ser caracterizada enquanto urbana e industrial, e a partir destas surgem às ramificações responsáveis por problemas secundários.

A princípio, quando se trata da poluição urbana ocasionada pelo advento do Programa Carajás, é perceptível o crescimento na produção de lixo na capital. Este fator pode ser explicado pelo inchaço populacional da região, porém, não deve ser legitimado por este fator. Além disto, deve-se destacar o descaso governamental sem o devido fornecimento dos serviços básicos (a coleta de lixo e o serviço de saneamento), o que acabou por provocar sérios problemas sanitários para as populações das áreas afetadas pela poluição.

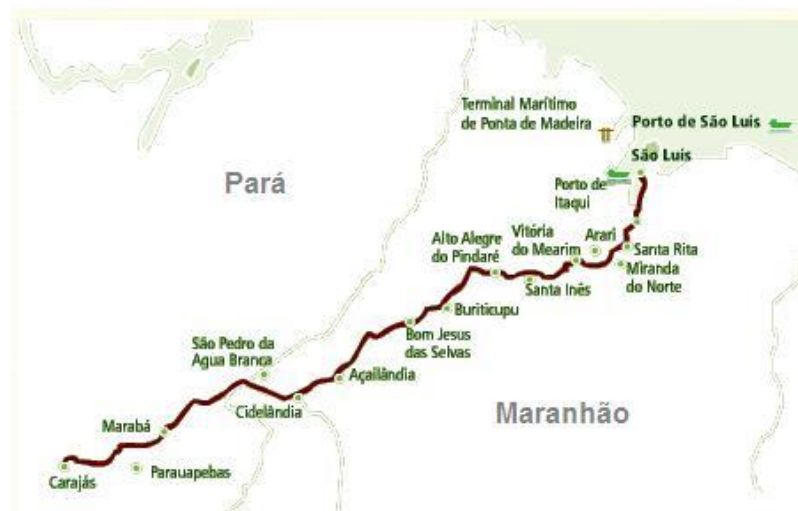
Em consequência da inchaço dos centros urbanos e da falta de capacidade das administrações públicas, todas as cidades da área da ferrovia de Carajás estão passando por um processo acelerado de desorganização de suas estruturas físicas e institucionais [...] A poluição urbana cresce a cada dia. As prefeituras enfrentam dificuldade na eliminação do lixo doméstico. A população começa a lançar o lixo nas vias públicas, nas margens de cursos d'água, nas praias e até diante das próprias residências (GISTELINCK, 1988, p. 162).

Em uma pesquisa levantada pelo autor Frans Gistelinck (1988), as taxas de falta de saneamento básico nas regiões de influência do Programa Carajás durante 1986 eram altíssimas (apenas 10% da população tinham acesso a esse tipo de serviço). Neste contexto, observa-se a profunda precarização nas administrações locais que deveriam assumir um papel fundamental no processo de urbanização, entretanto, encontravam-se despreparadas para suprir a necessidade do contingente populacional.

O despreparo é em parte decorrente do fato de que as prefeituras não foram envolvidas no planejamento e na execução do Programa Grande Carajás. A implantação do Programa depende fundamentalmente da ação do órgão do governo federal, não sendo cogitado em nenhum momento o fortalecimento das administrações locais, para que estas pudessem efetivamente concluir. (GISTELINCK, 1988, p. 162).

Os impactos ambientais gerados pela Ferrovia Carajás são extremamente degradantes, e as mudanças ocorridas na vida da população urbana, rural e das comunidades tradicionais mudou significativamente as práticas socioculturais. Abaixo segue um mapa ilustrando o percurso da estrada de ferro e os municípios que esta atinge.

Figura 1 – Mapa do percurso da ferrovia Carajás: Pará-Maranhão



Fonte: MAPA DA EF-315, [200-?].

Entre os municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás, pode-se evidenciar os impactos em Açailândia, Anajatuba, Arari e Alto Alegre do Pindaré. Estas regiões sofrem com a poluição do solo causada pelo minério, pela poluição sonora com a atividade férrea, além da invasão de terras indígenas, quilombolas e os efeitos das agroindústrias para com os pequenos produtores.

Um exemplo de grande impacto ambiental pode ser evidenciado a partir do caso em Açailândia-MA. A comunidade de Piquiá de Baixo travou uma frente de resistência desde o início do projeto da estrada de ferro por conta dos altos níveis de poluição. A situação da

comunidade é tão agravante e nociva aos indivíduos da região que a Organização das Nações Unidas (ONU) já se pronunciou frente às péssimas condições ambientais.

Atualmente, faz parte da zona rural do município e abrange 300 famílias. Ele também é conhecido como “Cubatão da Amazônia”, pelo seu nível de poluição [...] Toda produção de Carajás passa por Piquiá. Um trem passa atrás do povoado a cada 20 minutos e buzina, inclusive de madrugada. De todo o minério extraído 7% é vendido para indústrias guseiras instaladas no pólo industrial de Açailândia, e o restante 93 segue direto para o porto de São Luís. A produção de ferro gusa em Açailândia representa 11% da produção brasileira de gusa. Ela é cercada por um anel de ferro. Atrás das casas, ficam as propriedades das indústrias de ferro gusa. (PENHA; NOGUEIRA, 2015, p. 222).

Diante destes primeiros impactos, com a instalação de indústrias como guseiras, siderúrgicas, usinas de ferro liga e a Estrada de Ferro Carajás, foi que os movimentos ecológicos começaram a aparecer como forma de tentar alertar a população sobre os impactos ambientais revestidos de desenvolvimento segundo o discurso hegemônico. Nesse sentido, o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís evidenciou-se enquanto movimento articulado entre os anos de 1980 e 1984. Inicialmente, o comitê surgiu como forma de alertar sobre os principais impactos ambientais que seriam trazidos para capital do Maranhão com a instalação do Consórcio ALUMAR, que apesar de não fazer parte do projeto inicial, passou a integrar o Programa Grande Carajás em 1982, devido à necessidade da utilização do potencial energético da usina de Tucuruí.

O Comitê se instituiu enquanto resistência a esse empreendimento por duas razões principais: primeira, esse tipo de indústria é considerada uma das mais poluidoras do mundo, tornando o fato mais grave a escolha de uma ilha para a sua instalação e, segunda, o processo de negociação entre a ALCOA Mineração S.A. e o Estado excluiu a participação da população, em especial a maranhense, constituindo-se em um projeto que veio “de cima”, com total aprovação da Presidência da República, João Figueiredo, do Governador do Estado do Maranhão, João Castelo, e do Ministro do Planejamento, Delfim Netto. (ARAÚJO, 2017, p. 68).

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresentaram apontamentos importantes com base na estrutura de projetos deste calibre, recomendando a não instalação de indústrias em ilhas ou próximos de rios (ARAÚJO, 2017). Isto se dá por conta dos efeitos negativos em mananciais que afetariam drasticamente a água do subsolo. Com isso, o Comitê de Defesa apresenta seu posicionamento contrário à implantação do novo empreendimento da ALCOA Mineração S.A., buscando formas de conscientizar a população para a ameaça às diversidades hidrográficas maranhenses. Dentre o potencial poluente, pode-se citar:

A potencialidade poluidora derivada das atividades processuais do complexo industrial de alumínio deve-se:

- Ao dióxido de enxofre gasoso, pela queima de combustíveis.
- Ao fluoreto de hidrogênio e fluoreto metálicos na forma de material particulado, presente nos gases residuais da fabricação.
- Ao material particulado, devido à queima de combustíveis fósseis e ao manuseio e transporte de sólidos.
- E aos resíduos de bauxita. (VIEIRA, 2001, p. 83).

Estes elementos derivados da produção de alumínio são os principais causadores da poluição aquática, da poluição do ar e de doenças respiratórias. A poluição hídrica na ilha de São Luís poderia facilmente afetar a região próxima ao Estuário do Golfão¹⁸ maranhense (formado pelas baías de São Marcos e São José, separadas pela ilha de Upaon-Açu). Estas baías são de grande importância para o litoral maranhense, principalmente, por serem locais de deságue dos maiores rios do estado, tais Itapecuru, Mearim, Pindaré, Munim, Aura, etc.

A atividade da ALUMAR também afetaria a própria riqueza hídrica ludovicense (rios Anil, Bacanga, Tibiri, Paciência, entre outros) que, apesar de pequenos, exercem fundamental importância para ilha. Nesse sentido, a atuação o Comitê de Defesa respaldava-se na problemática produção de alumínio por parte da empresa ALUMAR, com impactos ambientais que acentuariam ainda mais a pobreza no estado e acarretariam em mais desequilíbrio social.

O meio ambiente será preservado, quando as pessoas começarem a se respeitar, quando houver um equilíbrio social. Este horizonte de esperança se afasta porque o Programa Grande Carajás vai acentuando o desequilíbrio social. (GISTELINCK, 1988, p. 163).

Em um cenário de desequilíbrio social presente no estado do Maranhão, o Comitê de Defesa da Ilha São Luís passou a exercer maior espaço de atuação para veiculação de informações sobre os impactos ambientais em São Luís nas páginas do *Jornal Pequeno* – periódico que assumiu a campanha de conscientização. Levando em consideração o contexto autoritário de implementação do Programa Grande Carajás, o *Jornal Pequeno* e o *Jornal do Povo* constituíram-se enquanto instrumentos contrários à ofensiva autoritária de 1964. No que se refere ao *Jornal Pequeno*, pode-se perceber que:

O jornal, durante o período do golpe empresarial-militar, abre bastante espaço para matérias e editoriais relacionados aos movimentos de trabalhadores e das classes subalternas das forças armadas, assim como daqueles que promoveriam e defenderiam uma resistência em favor de Jango. (CUNHA, 2014, p. 7).

A abertura para divulgação do debate ambientalista, contrário ao discurso modernizador da hegemonia nacional e estadual, configurou o Comitê de Defesa da Ilha e o *Jornal Pequeno*

¹⁸ Área cercada por água, localizado no extremo norte do Maranhão e formado pela presença de manguezais bem estruturados. Atualmente, o Golfão maranhense faz parte da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açu-Miritiba-Alto Preguiças.

como importantes veículos de um discurso alternativo. Enquanto periódicos, como jornal *O Imparcial*, apresentavam os inúmeros benefícios trazidos pela “Era dos Grandes Projetos”, por outro lado, o *Jornal Pequeno* exibia estudos sobre os impactos ambientais na ilha de São Luís, apresentando assim uma força contra-hegemônica em relação ao discurso modernizador para o Maranhão. O discurso contra-hegemônico, neste caso, pode ser apresentado a partir da ação de um periódico no processo de formação de consenso:

No papel contra-hegemônico e alternativo, os movimentos sociais atuam em várias esferas, inclusive na mídia. No embate pela hegemonia na sociedade civil, a mídia pode ser analisada como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social. Dentro da própria mídia tradicional, deve-se considerar que há debates, polêmicas e contra discursos que se manifestam nos conteúdos informativos. (GÓES, 2007, p. 3-4).

Neste contexto de oposição, é perceptível que a própria formação do Comitê de Defesa imbricava a participação de atores sociais provenientes da política. Nesse sentido, a composição do movimento social estava mais ligada à sua formação a partir da classe média formada por advogados, intelectuais e políticos. Assim, o contra-discurso apresentado pelo Comitê surge de outras diretrizes, todavia, expõe a devida pressão sobre as classes hegemônicas.

Para Gramsci uma força contra-hegemônica só pode ser reconhecida como tal na medida em que consegue ultrapassar a espontaneidade do movimento, que intervém com capacidade de modificar e alterar uma dada estrutura social. As fontes de qualquer hegemonia alternativa são difíceis de definir. Na visão de Gramsci podem nascer da classe trabalhadora, mas não essa como uma construção ideal ou abstrata, mas que tem de tornar-se uma classe potencialmente hegemônica, contra as pressões e limites de uma hegemonia existente e poderosa [...]. (GÓES, 2007, p. 3).

Seguindo a discussão proposta pelo autor Laércio Góes (2007), pode-se analisar que o debate contra-hegemônico neste cenário não surge da classe trabalhadora que, além de encontrar-se distante deste debate, já sofria com os primeiros impactos provindos do Programa Grande Carajás.

É válido ressaltar que de fato existia uma vasta preocupação em relação aos impactos ambientais na ilha, especialmente, por conta dos recursos hidrográficos. Nesse sentido, o Comitê atuou enquanto instrumento de ligação entre a população e a ação estatal devido à própria implantação autoritária do empreendimento, ligado aos projetos desenvolvimentistas voltados para a Amazônia. A implementação do projeto sem qualquer diálogo com a população maranhense somente evidenciou o que significou a institucionalização do projeto de grande capital apresentado pela Ditadura Empresarial-Militar.

Assim, o Maranhão, por ter parte do seu território na Amazônia Legal, estava imerso na dinâmica de expansão do capitalismo monopolista do centro-sul do

país para o meio-norte e para a Amazônia, bem como do capital estrangeiro para os países periféricos, acelerado pelo governo instaurado em 1964 que modificava as condições objetivas em favor das classes dominantes. (ARAÚJO, 2017, p. 76).

Cabe aqui ressaltar que o Comitê de Defesa não questionava o modelo de desenvolvimento (ligado ao materialismo e ao consumismo), mas sim a maneira como a força política do estado gerenciava a instalação do projeto na ilha apesar dos alertas aos riscos ambientais. Diante disso, o Comitê representou um movimento político-social contra-hegemônico, que apresentou um cenário distinto, mediante, os princípios predominantes, causando assim tensão no discurso hegemônico apresentado até então.

A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas contestações e vitórias cumulativas. (MORAES, 2010, p. 73).

A apresentação de discursos alternativos propostos pela contra-hegemonia evidenciou o grande campo de disputa de poder que foi o cenário político-econômico maranhense durante a década de 1980. Os impactos ambientais gerados pelo Programa Carajás, apresentados neste momento do texto, apenas demonstram a outra face do discurso modernizador que foram exibidos para a população. Nesse sentido, a atuação do Comitê de Defesa configura-se enquanto uma parte extremamente importante nestas disputas. Além de ter inserindo a população no debate ambientalista, abalou as próprias estruturas políticas para se pensar na prática ético-política em relação à situação não somente dos recursos naturais da ilha, como também do desequilíbrio social atenuante nas regiões de influenciado PGC, destacando, assim, as comunidades tradicionais maranhenses, foco da próxima discussão.

3.3 Ação do Programa Grande Carajás nas comunidades tradicionais do Maranhão

O Programa Ferro Carajás, seguido do Programa Grande Carajás, é um projeto que foi desenvolvido com a finalidade da extração e exportação mineral, ligando-se a segmentos minero-metalúrgicos, agrícolas, pecuários, florestais, além do estabelecimento de polos industriais nas proximidades das infraestruturas de base do PGC. Com o início das construções necessárias para o funcionamento do projeto, os primeiros impactos socioambientais foram se tornando cada vez mais evidentes frente ao desenvolvimentismo pautado pela agenda do governo militar brasileiro.

Além dos impactos ambientais já destacados, a expansão do projeto de mineração afetou drasticamente as práticas socioculturais das comunidades tradicionais, localizadas nas zonas de influência do PGC.

A expansão logística primário-exportadora altera as dinâmicas socioculturais das comunidades locais, principalmente em territórios ocupados por populações tradicionais. São diversos fatores que afetam estas populações quando da chegada de projetos primário-exportadores e suas infraestruturas. Esta é uma violação menos evidente e acaba sendo muitas vezes subestimada. (COELHO, 2017, p. 19).

Subestimar os impactos ocasionados a partir da lógica de modernização é menosprezar a importância que deve ser direcionada aos direitos sociais básicos. Neste sentido, há uma necessidade de reflexão a partir dos resultados que o Programa Grande Carajás gerou as comunidades indígenas, quilombolas, além das comunidades rurais, ressaltando a intensificação da luta pela terra logo no período inicial do empreendimento governamental.

Muito embora o Programa Grande Carajás esteja ainda em seu estágio relativamente inicial, os primeiros sinais indicam que a política adotada e as medidas específicas implementadas já fizeram suas vítimas. Os níveis de violência no campo têm aumentado dramaticamente na Amazônia Oriental, paralelamente à luta pelo acesso à terra. (HALL, 1991, p. 145).

É preciso destacar que a luta pela terra no Maranhão não foi motivada apenas pela ação do PGC. Como já citado, antes mesmo de tal empreendimento, a Lei de Terras nº 2.979 de 1969, também conhecida como “Lei de Terras Sarney”, já alimentava o acirramento desta disputa. Sendo assim, o Programa Carajás apenas acentuou uma série de problemas sociais em regiões nas quais a ação do Estado é mínima. Primeiramente, destacam-se os impactos nas comunidades indígenas maranhenses e as práticas indigenistas que foram sendo desenvolvidas a partir da mobilização social de lideranças da própria comunidade em prol dos direitos que foram violados com o estabelecimento da construção da Estrada de Ferro Carajás.

Grupos indígenas dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, sofreram através da grilagem promovida pelo mercado de terras motivado pela abertura de rodovias, pela construção da EFC, como a venda das terras para empresas siderúrgicas, carvoeiras, hidrelétricas e de abastecimento pelo setor terciário. (PENHA; NOGUEIRA, 2015, p. 219).

O descaso com as comunidades tradicionais se deu desde o início da estruturação do Projeto Carajás, no qual diversos estudos voltados para capacidade mineral foram realizados, assim como zoneamento agrícola, estudos sobre aspectos físicos, demográficos e fundiários. Porém, em nenhum momento deste contexto, desenvolveram-se estudos ou ações de proteção às áreas historicamente ocupadas por grupos indígenas. Com isso, fica evidente que a própria implantação autoritária do projeto excluiu a sociedade civil de um empreendimento diretamente ligado à vida destes indivíduos.

O caráter autoritário e compulsório desses empreendimentos se torna visível, diante da exclusão da sociedade civil brasileira, bem como dos segmentos sociais, especialmente índios e camponeses, diretamente atingidos pelos mesmos, nas diferentes etapas do ciclo de formulação e implementação. (OLIVEIRA, 2004, p. 145).

A ação do Programa Grande Carajás apresentou inúmeros fatores negativos em relação às comunidades indígenas. Grupos localizados nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins sofreram fortemente com os impactos trazidos pela construção da Estrada de Ferro Carajás. A partir de denúncias vinculadas na imprensa nacional e da repercussão internacional gerada devido às consecutivas violações dos direitos sociais indígenas em 1982, a Companhia Vale do Rio Doce, em convênio com a Fundação Nacional do Índio- Funai, elaborou o “Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas”.

[...] foi firmado um Convênio entre a CVRD e a Funai, o qual teria por objetivo a prestação pela CVRD de apoio financeiro à Funai, para a implantação de ações assistenciais beneficiando os grupos indígenas localizados nas áreas de impacto do Projeto Ferro-Carajás. (CEDI, 1986, p. 78 apud OLIVEIRA, 2004, p. 145-146).

A partir da concessão de novos recursos através do Banco Mundial e de outros investidores estrangeiros que foram desencadeadas garantias de condições de sobrevivência para as comunidades sob direção de confisco do governo brasileiro, como por exemplo, a demarcação de terras indígenas presentes nas zonas de influência do Programa Grande Carajás. Com isso, fundaram-se as bases financeiras para o projeto de convênio. Sabe-se, porém, tomando como base a lógica capitalista desenvolvimentista, que este projeto foi desenvolvido com intuito de garantir a continuidade da implantação do PGC. A princípio, o projeto estava direcionado a 13 áreas indígenas no Maranhão, norte de Goiás e no leste do Pará, regiões de impacto direto da Estrada de Ferro. Contudo, por meio de reivindicações de líderes indígenas, povos localizados no Centro-Oeste do estado do Maranhão passaram ser “contemplados” pelo projeto.

Inicialmente, o Convênio abrangia 13 áreas indígenas onde deveriam ser desenvolvidos os "projetos de apoio", numa "área de influência" definida pela CVRD como sendo 100 km para cada lado a partir do eixo da ferrovia. Verificou-se, no entanto, que em decorrência da implantação de estradas vicinais e novos núcleos habitacionais de suporte à ferrovia, a área de influência estendia-se a 21 áreas indígenas e duas frentes de atração de grupos ainda isolados. (FERRAZ; LADEIRA, 1988, p. 4).

A reformulação do Projeto passou a compreender cerca de 13.000 índios, localizados entre Maranhão, Tocantins e Pará. Dentre os grupos indígenas, estavam os Parakanã, Xikrin, Gavião (Pará e Maranhão), Surui, Asurini, Apinajé, Guajajara, Timbira, Krikati, Canela, Tembê e Urubu-Kaapor (FERRAZ; LADEIRA, 1988). Pela própria diversidade entre os grupos e em

razão da complexidade em se formular um projeto que fosse capaz de abranger a necessidade de ambos, foi necessária, por exigência, a contratação de profissionais adequados. Nesse sentido, consultores e antropólogos foram indispensáveis no que se refere ao estudo e compreensão sobre as particularidades de cada grupo prejudicado pelo Programa Ferro Carajás. Embora isso tenha sido posto em pauta, cabe salientar que nunca houve qualquer contato direto com as comunidades indígenas de fato.

Com a aprovação da elaboração do convênio, foram orçados para a FUNAI cerca de US\$ 13,6 milhões, destinados às populações indígenas afetadas pelo PGC. Todavia, as comunidades passaram a exercer forte pressão sobre a representação tutelar, pois o projeto não considerava as especificidades socioculturais de cada grupo, além do uso inapropriado da verba recebida.

De outro lado, apontava “a inoperância e a inadequação dos modelos de ‘projetos de apoio’ concebidos pela Funai, atestados pela manutenção e reforço da mesma estrutura arcaica, pelas contratações desnecessárias de pessoal não-qualificado, bem como pela farta aquisição de veículos e construções com recursos oriundos do Convênio”. (CEDI, 1986, p. 78 apud OLIVEIRA, 2004, p. 149-150).

Aos poucos, os vínculos estabelecidos entre a CVRD-FUNAI e os grupos indígenas foram se tornando cada vez mais frágeis e complexos. A exemplo disto, pode-se destacar a luta travada pelos índios da Terra Indígena Krikati – que residiam em um dos poucos territórios não-demarcados oficialmente no Maranhão – e o grupo indígena da Terra dos Awá Guajá – localizados nos municípios de Bonfim e de Zé Doca (OLIVEIRA, 2004). Estes grupos exerceram forte pressão sobre as autoridades maranhenses responsáveis pela efetividade do projeto nas comunidades, pois ambos se localizavam em zona de impacto direto do PGC, no entanto, a demora na disponibilização dos recursos só contribuiu para evidenciar os problemas, principalmente, no que se refere à invasão das terras indígenas.

Seguindo a discussão sobre luta pela terra, o Maranhão é um estado majoritariamente marcado por estes conflitos. Problemas nas áreas rurais do estado se confirmam a partir da distribuição de lotes sem o estabelecimento de claros critérios sociais. A própria lógica capitalista, acompanhada de resultados positivos para a economia, acaba ofuscando a desigualdade social que vem com o resultado de uma política desenvolvimentista excludente. Nesse sentido, grandes projetos, como é o caso do Programa Grande Carajás possui forte influência sobre as questões agrárias, assim como sobre a vida das comunidades rurais.

Prevendo a exaustão das minas de ferro de Carajás no Pará, o Estado e a mineradora Vale se empenham em resolver questões econômicas. Não se observa o mesmo esforço para a resolução dos problemas socioeconômicos que surgem principalmente no meio rural. Os grandes projetos influem sobre

a questão agrária da região, bem como nas comunidades rurais. (SOUSA, 2012, p. 240).

Esta mesma realidade pode ser aplicada aos conflitos em solo maranhense em que a inoperância do Estado acentua ainda mais as relações desiguais estabelecidas entre as grandes empresas e as comunidades rurais. Para Silva (2003), no caso do estado do Maranhão, a formação de assentamentos está atrelada mais à própria ação direta do movimento social e do que por uma lógica de desenvolvimento de políticas públicas.

A complexidade que permeia os conflitos rurais evidencia a dissonância existente entre as comunidades rurais e seus métodos de vivência que vão de encontro à lógica capitalista das grandes empresas, tornando assim a realidade dos pequenos produtores mais difícil.

A questão agrária envolve uma série de problemas sociais, em destaque as questões políticas. Além disso, a recente aproximação com o setor empresarial torna esta realidade ainda mais complexa. Tem-se questionado a entrada destas nas comunidades, não apenas do ponto de vista social, mas também ambiental, considerando-se os danos causados, na medida em que priorizam a ampliação dos seus lucros. (CASTRO, 2019, p. 5).

O processo de territorialização de empreendimentos desenvolvidos pela empresa Vale é capaz de destacar de forma clara sua articulação no espaço político-social, assim como sua própria força frente ao poder público no estado maranhense. As relações estabelecidas entre grandes empresas/poder público e as comunidades rurais são regadas por diversos conflitos que se apresentam de forma mais evidente no que concerne às comunidades tradicionais e sua legitimidade.

Na Amazônia maranhense, nos últimos anos, as formas de pressão sobre o poder público e sobre empresas de iniciativa privada instaladas na região têm sofrido variações, envolvendo grupos e agentes sociais diferenciados, quer seja por meio de ocupações de instituições públicas (STTR, quilombolas, MST), bloqueios de estradas e ferrovias (indígenas), marchas (mulheres, MST). (ARAÚJO; NÓBREGA, 2014, p. 2201).

Em virtude da construção da Estrada de Ferro Carajás e dos projetos secundários impulsionados pela rede logística, aumentou a interferência no cotidiano de várias comunidades, como é o caso do Assentamento Francisco Romão, localizado em Açailândia-MA. Com isso, foi identificado um agravamento nos conflitos entre a comunidade devido o não piçarramento das estradas vicinais. Nesse sentido, reuniões foram realizadas entre lideranças comunitárias, a Justiça nos Trilhos, o vice-prefeito Açailândia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, prevendo assim um investimento de R\$ 800.000 na região.

Tem destaque na ata da reunião, que o piçarramento destinado aos assentamentos Francisco Romão e João do Vale não foi concluído. Onde uma

liderança destacou a importância deste serviço para as comunidades e das 150 horas de trabalho financiadas pela empresa Vale. (CASTRO, 2019, p. 8).

Outro exemplo de impacto social na questão agrária e extrativista pode ser destacado entre as quebradeiras de coco babaçu, localizadas na comunidade de Petrolina, zona rural de Imperatriz-MA. A comunidade é formada por uma população de extrativistas do babaçu que realiza a produção de elementos derivados como óleo, sabão e o carvão. Após a implementação das infraestruturas do PGC e os subprojetos, a comunidade de Petrolina passou a sofrer com a atuação da CELMAR (empresa de papel e celulose) que marcou perceptivelmente o conjunto de mudanças econômicas e sociais em Imperatriz.

A CELMAR encontra, portanto, na região tocantina o cenário ideal à sua definitiva implantação [...] existência de extensas áreas degradadas, adequadas à implantação do reflorestamento com eucalipto; pesquisas florestais com eucalipto na região, realizada pela CVRD [...]; abundância de água (Rio Tocantins); de energia (hidrelétrica de Tucuruí, no Pará); disponibilidade de mão-de-obra barata; de serviços; transportes rodoviários e ferroviários. (CONCEIÇÃO; ANDRADE, 1995, p. 144).

A atuação da CELMAR e sua extensa plantação de eucalipto fragilizaram tanto o extrativismo do coco babaçu, como também da produção de carvão. A luta das mulheres de Petrolina passou a ser organizada através da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado de Petrolina, criada em 1998, com o principal intuito de reivindicação pelo território de cultivo do coco na área e sua preservação garantida.

Pelo enorme vulto no plantio de eucalipto, a empresa Ferro Gusa Carajás, pertencente a Vale, foi obrigada a conservar uma reserva natural. Designaram uma extensão florestal de babaçuais que não pode ser devastada ou prejudicada de nenhuma forma pela ação antrópica. Essa reserva de cerca de trezentos hectares localiza-se em Petrolina. (SANTOS, 2009, p. 17).

De fato, houve uma vitória no que se refere à preservação da área dos babaçuais, como foi possível observar a partir da atuação da associação nas necessidades iniciais da comunidade. Entretanto, nos últimos anos, as quebradeiras de Petrolina têm sofrido a pressão do mercado local de carvão, em especial, em função da demanda do produto no interior da comunidade. As quebradeiras também seguem com a função de vigilância contínua contra a queima dos babaçuais no interior da reserva, consequência do processo de grilagem.

Por fim, seguindo esta discussão no tocante aos impactos nas comunidades tradicionais maranhenses, observa-se uma situação semelhante às das comunidades rurais no que se refere aos conflitos dentro das comunidades quilombolas do Maranhão. Inicialmente, estes indivíduos já vinham lutando contra dos impactos ambientais frutos do Programa Grande Carajás. Todavia, os embates aqui citados localizam-se em uma linha temporal mais recente, devido à duplicação

da Estrada de Ferro Carajás que, por sua vez, aumentou nível de exportações, mas que também acentuou ainda mais a pobreza no estado.

Com a duplicação da EFC, o aprofundamento dos conflitos entre a Vale S.A e as comunidades atingidas seguem, paralelamente, o aumento das exportações das principais commodities da região (ferro-gusa, minério de ferro, alumínio e soja, nessa ordem. Para exemplificar a realidade da população atingida pela EFC, no estado do Maranhão, segundo dados divulgados pelo IBGE (2011), dos 6,5 milhões de habitantes, 25,7% vivem abaixo da linha da miséria. (PENHA; NOGUEIRA, 2015, p. 217).

A duplicação da ferrovia Carajás aumentou significativamente os danos ambientais por conta da expansão das atividades já operadas na EF-315. A necessidade de um licenciamento ambiental seria fundamental tanto para a atuação da empresa, quanto para as comunidades locais, uma vez que o licenciamento seria um instrumento cujo intuito seria de salvaguardar a região dos impactos ambientais.

Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, sua mitigação inviabilizará os objetivos de preservar, melhorar e recuperar a qualidade de vida, assegurar condições de desenvolvimento socioeconômico, assegurar os interesses da segurança nacional e proteger a dignidade da vida humana (BRUZACA; SOUSA, 2015, p. 159).

Neste caso, destaca-se a situação de luta das comunidades quilombolas de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos, localizadas no município de Itapecuru Mirim-MA, na qual a lógica de licenciamento ambiental seguiu uma realidade de processo inverso, pois omitiu-se muito sobre como demandaria o processo de duplicação da estrada. Faz-se essencial destacar que, no cenário de ampliação da ferrovia, a obra previa o despejo forçado de várias famílias, intervindo drasticamente no modo de vida destes quilombolas em razão da falta de regulamentação das terras.

Na localidade, têm-se embaraços em relação à regularização fundiária, maculando-se um dos direitos fundamentais para a reprodução de todo e qualquer grupo social, o direito à delimitação, demarcação e titulação das terras que ocupam. (GEDMMA, 2011, p. 137).

A fragilização das comunidades quilombolas de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos, diante do empreendimento do grande capital, demonstra a ineficácia do Estado no que tange à preservação das comunidades tradicionais brasileiras. Os remanescentes quilombolas que ocupam aquelas terras historicamente possuem direito sobre esta e o Estado, enquanto instituição maior, deve-lhes conceder os títulos respectivos. Todavia, a falta de democracia nestes espaços apresenta as vias legais para desestruturação destas comunidades.

A atuação de grandes empresas e a relação antidemocrática para com as comunidades tradicionais é embasada na ideia modernizadora que exclui a sociedade civil deste processo e gera impactos que, em sua grande maioria, são irreversíveis para estas populações. Diante

disso, a estruturação do Programa Grande Carajás assim como dos projetos decorrentes da continuidade deste empreendimento, exemplificam a clara ação da política desenvolvimentista regida pela Ditadura Empresarial-Militar, como foi possível observar em poucos dos casos aqui mencionados. Os impactos ambientais e os impactos sociais na população urbana e nas comunidades tradicionais apresentam-se apenas como uma pequena parcela do que foi o projeto excludente dirigido por grupos hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Grande Carajás foi um grande empreendimento inserido no II PND, voltado para as regiões o Norte, Nordeste e Centro-oeste, baseado na extração e exportação de minério de ferro, assim como o desenvolvimento de projetos voltados para a agropecuária e reflorestamento. A ideia de modernização advinda com a propaganda sobre o Projeto Grande Carajás foi lastreada pelo discurso hegemônico do governo militar de integração da Amazônia Oriental, estratégia do governo. A partir disso, o II Plano Nacional de Desenvolvimento foi fundamental para a mudança do modelo de sistema econômico, principalmente porque visava-se a transformação do Brasil enquanto potência emergente.

Por mais que seja perceptível a mudança na economia maranhense, fatores negativos demonstraram com o novo modo capitalista trazidos com a “Era dos Grandes Projetos”, como por exemplo, a expropriação de terra, gerando inúmeros conflitos nas áreas de influência do empreendimento, além das comunidades indígenas e quilombolas que sofrem constantemente com o perigo de desastre ambiental e invasão de suas terras. A capital também sofreu com a reestruturação da economia maranhense a partir da inserção do Programa Carajás no estado com o inchaço populacional e as péssimas estruturas habitacionais, a falta de saneamento básico, falta de escolas que fossem capazes de atender o contingente necessário e a falta de saúde que demonstra o descaso com a população e a falácia que foi o desenvolvimento para o povo maranhense com a vinda do PGC.

A economia maranhense também é algo a se refletir, visto que, a linha produtiva do estado é voltada para a produção e exportação de matéria prima. Com isso, as atividades praticadas por os grandes empreendimentos instalados no corredor ferroviário se configuram enquanto indústrias extremamente poluentes que prejudicam imensamente as áreas que ocupam. Além disto, estas mesmas indústrias assim como a Vale S.A são responsáveis pelo estabelecimento de relações de trabalho extremamente precárias, grande parte dos cargos com melhor remuneração são ocupados em sua grande maioria por sulistas e para os maranhenses resta a utilização da mão-de-obra terceirizada como forma de baratear a força de trabalho destes indivíduos.

O Maranhão é um estado que cresce timidamente, possuindo números preocupantes no IDH, IBGE e no Gini. Nos diversos campos de pesquisa sobre a sociedade maranhense e o desenvolvimento social, são apresentadas posições problemáticas para o estado. Dessa maneira, é a partir de questões como as apresentadas nesta pesquisa que se deve inicialmente refletir sobre a situação do estado maranhense, buscando identificar fatores que possam fazer com que se compreenda de forma mais clara a pobreza e a desigualdade do estado, não posicionando o

Maranhão apenas como um campo de atraso, mas sim como um âmbito de violência no campo e disputas políticas que alocam o desenvolvimento social para segundo plano. Pois a promessa de melhorias e modernização trazidas para o estado com o Programa Grande Carajás, na realidade representou de fato um projeto político de grupos hegemônicos que enxergaram nas regiões Norte e Nordeste a de acúmulo do grande capital para o Brasil.

REFERÊNCIAS

- 3º PND não existe, diz porta voz de Veloso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 mar. 1977. Economia.
- AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Ana Raquel Alves de. *A CAMPANHA ECOLÓGICA DO COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE SÃO LUÍS (1980-1984): uma proposta pedagógica para a integração entre Educação Ambiental e Ensino de História*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/DISSERTA%C3%87%C3%83O-ANA-RAQUEL-ALVES-DE-ARA%C3%9AJO-132-pgs.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- ARAÚJO, H. F. A.; NÓBREGA, M. L. C. Empreendimentos agroindustriais, ações coletivas de povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais e socioambientais. *In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES*, 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014.
- ARENA quer debater PND e tem receita contra a inflação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 ago. 1979. Economia.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. 2. ed. [Rio de Janeiro]: Ática, 2009.
- ATÉ 31 de agosto, II PND vai ao Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1974. Economia.
- AVALIAÇÃO dos PND's ainda desconhecida. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1976. Economia.
- BARBOSA, Zulene Muniz. [O MARANHÃO MODERNO: uma contraditória lógica capitalista]. *In: BARBOSA, Zulene Muniz; CARDOSO, Franci Gomes (org.). Desenvolvimento socioespacial e regional no Maranhão: novas e velhas questões*. São Luís: EDUEMA, 2015.
- BELLINGIERI, Julio Cesar. A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento. *Revista Hispeci & Lema*, Bebedouro, SP, v. 8, p. 12-17, 2005. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistahispecilema/pdf/revista8.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

- BENATTI, José Heder. *Carajás: desenvolvimento ou destruição?.* [Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 1-22]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331208080_Carajas_desenvolvimento_ou_destruicao. Acesso em: 3 out. 2020.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a história do Maranhão.* São Luís: Fort Gráfica, 2007.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-1813-24-novembro-1980-368300-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 09-30, jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100003>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BRUZACA, Ruan Didier; SOUSA, Mônica Teresa Costa. Conflitos socioambientais no contexto desenvolvimentista da Amazônia Brasileira: proteção de direitos de comunidades quilombolas frente à duplicação da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 147-173, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18623/rvd.v12i24.587>. Acesso em: 13 set. 2020.
- CANECO começa a montagem do 1º navio do II PND. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1975. Economia – portos e navios.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa enquanto fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas.* São Paulo: Humanistas: CAPES, 2015. cap. 6, p. 114-134.
- CARAJÁS realiza o sonho maranhense. *O Imparcial*, São Luís, 3 jun. 1983. Política.
- CARNEIRO, D. D. 1974-1980: o ajuste positivo adia a estabilização. In: LAMOUNIER, Bolivar *et al.* *50 anos de Brasil: 50 anos de Fundação Getúlio Vargas.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- CASTRO, Paulo Rabello de. Macroeconomia madrastra, micro economia mirrada. In: SILVA, Adroaldo Moura da [et al]. *FMI X Brasil: a armadilha da recessão.* [São Paulo]: [Forum Gazeta Mercantil], 1983.

CASTRO, Raifran Abidimar de. Os incentivos do programa Grande Carajás às grandes empresas, e as repercussões em comunidades rurais. *Holos*, Rio Grande do Norte, v. 6, p. 1-14, 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5573>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CENTRALIZAÇÃO do poder é culpada por falhas no PND. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 set. 1977. Economia.

CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto *et al.* Pescadores artesanais do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil). *Revista Ciências Agrárias*, Belém, v. 54, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufra.edu.br/index.php/ajaes/article/view/110>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

COELHO, Tadzio. *Logística da exclusão: a estrada de ferro Carajás no Brasil e o corredor logístico de Nacala em Moçambique*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2017. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2018/01/logisticas-da-exclusao.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2020.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da; ANDRADE, Maristela de Paula. *Carajás: desenvolvimento ou destruição? relatórios de pesquisa*. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1995.

CONGILIO, Celia Regina; IKEDA, Joyce. PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E A RECOMPOSIÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARABÁ/PARÁ (1984-2012). In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: UFMA, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo10-desafiosedimensoescontemporaneasdodesenvolvimentoepoliticaspUBLICAS/pdf/programagrandecarajasearecomposicaodopoderpoliticoemmarabapara-1984-2012-.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. A imprensa maranhense e o golpe empresarial-militar de 1964. In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE HISTÓRIA, 33., [2014], Ceará. *Anais [...]*. Ceará: ENEH, [2014]. Disponível em: <http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/08/A-Imprensa-maranhense-e-o-golpe-empresarial-militar-de-1964-ENEH-2014.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2020.

CUTRIM, Sergio Sampaio *et al.* Gestão de falhas na descarga de minérios no terminal marítimo de Ponta da Madeira. *Revista de Ciência e Tecnologia*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 27-50, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cienciatecnologia/article/view/1528>. Acesso em: 11 maio. 2020.

EARP, Daniel Gomes Tardin de Sá. *Análise do II PND*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Daniel_Gomes_Tardin_de_Sa_Earp.pdf. Acesso em: 15 maio. 2020.

EMPRESÁRIOS louvam a Ferrovia de Carajás. *O Imparcial*, São Luís, 4 nov. 1983. Economia. ESPECIALISTA diz que II PND não foi bem em 1975. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1976. Política.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão*. São Luís: FIEMA, 2009. Disponível em: <https://www.fiema.org.br/uploads/revista/6330/MxlkzuXMhbpFZihAGiO4yBtZ6KdYCGpn.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. Os povos indígenas da Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás: Avaliação e Perspectivas. In: 46º CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTA, 46., 1988, [Amsterdam]. *Anais [...]*. [Amsterdam]: ACERVO ISA, 1988. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/T2D00005.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 49, n. 2, p. 119-136, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a07v49n2.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

FERROVIA de Carajás será inaugurada por Figueiredo. *O Imparcial*, São Luís, 2 nov. 1983. Política.

FERROVIA: caminho do progresso. *O Imparcial*, São Luís, 3 jun. 1983. Política.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FILHO, Eduardo Gomes da Silva. A Amazônia e o Plano de Integração Nacional: projetos de expansão e o avanço do capital nas sociedades tradicionais. *Revista Tempo Amazônico*, Amapá, v. 3, n. 2, p. 136-152, jan./jun. 2016. Disponível em:

http://www.pr.anpuh.org/resources/download/1506090987_ARQUIVO_Ok08-AAamazoniaeoplaneintegracao nacional.pdf. Acesso em: 10 maio. 2020.

FRANCO, Geisa Cunha. *A política externa do Governo Figueiredo: a abertura democrática e o debate na imprensa - O Brasil entre os Estados Unidos, o Terceiro Mundo e o eixo regional*. 2008. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1114>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GEDMMA. *Relatório sobre conflitos Quilombolas/Vale no Maranhão*. São Luís: GEDMMA, 2011. Disponível em: www.justicanostrilhos.org/nota/738. Acesso em: 19 ago. 2020.

GENENA, Suheir Kamal *et al.* Minério de ferro e Vale S.A.: Uma história de sucesso. In: RUY, Marcelo (org.). *Tópicos em gestão da produção*. Belo Horizonte: Poisson, 2017. cap. 8, p. 82-89. Disponível em: <https://bit.ly/3khvdMg>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GISTELINCK, Frans. *Carajás, Usinas e Favelas*. São Luís: Minerva, 1988.

GÓES, Laércio Torres de. Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: INTERCOM NE, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0364-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

GOVERNO ajusta II PND o menor crescimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1975. Economia.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALL, Antony. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE; Belém: NAEA, 1991, p. 144-162.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *A era das Revoluções: de 1798-1848*. 9. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996.

II PND é o padrão dos planos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jan. 1975. Nacional.

II PND está sendo corrigido, admite Veloso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 out. 1975. Economia.

II PND: uma corrente do realismo otimista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 1975. Economia.

INCRA destaca função das cooperativas no II PND. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 out. 1975. Economia.

LOPES, Josefa Batista. Especificidades na identidade e no movimento das classes sociais nas transformações contemporâneas das sociedades de capitalismo periférico: as metamorfoses no Maranhão, no caso brasileiro. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, [São Luís]. *Anais [...]*. [São Luís]: UFMA, 2009.

MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-61, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482011000100002>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MACHADO, Paulo Fernando. O pólo sidero-metalúrgico de Carajás: gênese de uma nova região industrial?. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 158-175, 1991. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1410>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MAPA DA EF-315. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [200-?]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Caraj%C3%A1s#/media/Ficheiro:Carajas.JPG. Acesso em: 12 set. 2020.

MARANHENSE vai conhecer todo Programa Carajás. *O Imparcial*, São Luís, 25 out. 1982. Política.

MATIAS-PEREIRA, José. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 34, n. 134, p. 75-85, 1997. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/902>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Revista Espaço Cultural*, Paraná, v. 13, n. 27, p. 39-53, 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 09 set. 2020.

MENDONÇA define Carajás e exalta suas vantagens. *O Imparcial*, São Luís, 24 out. 1982. Política.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Geisel (1974-1979). *Século XXI*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1822>. Acesso em: 9 jun. 2020.

- MESQUITA, Benjamin Alvino de. NOTAS SOBRE A DINAMICA ECONOMICA RECENTE EM AREA PERIFERICA: As mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. *In: ANAIS DO I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS*, 2011, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- MINISTRO afirma: II PND vai cuidar do meio ambiente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jan. 1975. Local.
- MONTREAL quer país de portas abertas: II PND e construção. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1975. Economia.
- MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. Disponível em: seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298. Acesso em: 10 maio 2020.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00062.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- NOLASCO, Igor Felix Pinheiro. *Análise política e econômica do governo Figueiredo e a agonia do fim da ditadura militar brasileira*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178816>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- NOVOS recursos garantem metas do PND. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 maio 1976. Economia.
- O GOVERNO estabelece as 10 metas econômicas para 1975. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jan. 1975. Economia.
- O ORÇAMENTO de São Paulo e o II PND. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1975. Economia.
- O PRIMEIRO apito do trem em Carajás. *O Imparcial*, São Luís, 4 nov. 1983. Economia.
- O PROJETO Ferro Carajás não é mais um sonho, o início da operação da estrada é um marco histórico para o desenvolvimento da região. *O Imparcial*, São Luís, 5 nov. 1983. Política.
- OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. Projeto Carajás, práticas indigenistas e os povos indígenas no Maranhão. *Revista ANTHROPOLOGICAS*, Recife, ano 8, v. 15, n. 2, p. 135-170, 2004. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23619>. Acesso em: 18 abr. 2020.

PENHA, Luciano Rocha da; NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS. *Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Grajaú, v. 1, n. 1, p. 212-225, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/3444/1494>.

Acesso em: 20 jun. 2020.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. CIDADE SOB O SIGNO DO MEDO: notas sobre as populações periféricas estigmatizadas de São Luís, da década de 1980 aos dias atuais. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 9, n. 13, p. 130-148, jul., 2012. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/39/26.

Acesso em: 17 jun. 2020.

PESSOA, Eneuton Dornellas; MARTINS, Marcilene. DINÂMICA ECONÔMICA E CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO MARANHENSE NO PERÍODO DE 1970-90. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 1-18, 1996. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3687>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PICCOLO, Monica. *REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

PLANEJAMENTO já está revendo o II PND. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 out. 1975. Economia.

PND depende do sistema de transportes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1976. Economia – portos e navios.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4, cap. 6, p. 207-241.

PRESIDENTE vê cortes no II PND. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 nov. 1976. Economia.

PREVISÃO falha e governo revê metas do PND. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 out. 1975. Economia

PROJETO Carajás gera oportunidades para todos. *O Imparcial*, São Luís, 3 jun. 1983. Política. REFORMA agrária: inclusão no II PND é uma segurança. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 fev. 1975. Nacional.

REIS, Eustáquio J. Os impactos do pólo siderúrgico de Carajás no desflorestamento da Amazônia brasileira. *Parcerias e Estratégias*, Brasília, v. 6, n. 12, 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/191/185. Acesso em: 7 ago. 2020.

RELATÓRIO avalia metas de PND. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1975. Economia. SANTOS, Raimundo Lima dos. O PROJETO GRANDE CARAJÁS - PGC - E SEUS REFLEXOS PARA AS QUEBRadeiras DE COCO DE IMPERATRIZ. In: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG\UCG, 2., 2009, Goiás. *Anais [...]*. Goiás: UFG, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_RaimundoLitos.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4, cap. 7, p. 245-279.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. *A influência do estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/3328>. Acesso em: 10 set. 2020.

SPENGLER, Rafael; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. RACIONALIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA NO GOVERNO GEISEL (1974–1979): UM ESTUDO SOBRE O II PND E O PROJETO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME MILITAR. In: XX ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 20., 2018, [Porto Alegre]. *Anais [...]*. [Porto Alegre]: ANPEC, 2018. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_I/i3-9406729ca87ac6f0c3981e4f09ee8b89.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

TAVARES, Maria da Conceição *et al.* O governo Figueiredo: o fim do desenvolvimentismo “à brasileira”. *Memórias do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, p. 179-191, 2010.

Disponível em:

http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109011001560.MD4_0_179.pdf.

Acesso em: 7 out. 2020.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. O governo Geisel: estratégia de desenvolvimento e coordenação da política econômica. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 15-26, jan. 1998. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/715>. Acesso em: 13 set. 2020.

VIEIRA, Ana Valéria Rabelo. *Avaliação dos possíveis impactos ambientais negativos decorrentes da instalação do aterro sanitário industrial e dos lagos de resíduos de bauxita:*

Parque Industrial - ALUMAR/ALCOA - São Luís – MA. 2001. Dissertação (Mestrado em Geotecnia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18132/tde-04102017-154935/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2020.

VIOLIN, Tarso Cabral. A sociedade civil e o Estado Ampliado, por Antônio Gramsci. *Revista Eletrônica do CEJUR*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 3-14, ago./dez. 2006. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14846/9966>. Acesso em: 10 set. 2020.